UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO

ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

ARIANE WALESKA DOS SANTOS LIMA

MACEIÓ/AL

2024

ARIANE WALESKA DOS SANTOS LIMA

ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Serviço Social – FSSO como requisito básico para a conclusão do Curso de Serviço Social.
Orientador (a): Elvira Simões Barretto.

Maceió, AL, 2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

L732e Lima, Ariane Waleska dos Santos.
Estratégias interventivas do serviço social na educação / Ariane Waleska dos Santos Lima. – 2024.
67 f. .

Orientadora: Elvira Simões Barretto.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 65-67.

1 Serviço social. 2. Educação inclusiva. 3. Estratégias interventivas. 4. Empoderamento – Estudantes. 5. Colaboração interdisciplinar. I. Título.

CDU: 364.4:37

.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe, pela força e coragem que juntamente com meu pai me conduziram com muito carinho e me ensinaram o caminho da justiça e da honestidade. Ao meu querido irmão pelo companheirismo e apoio sempre. À minha avó materna que sempre com amor reforçava que os meus sonhos se realizariam e ao meu querido avô materno “in memoriam” que nos deixou há algum tempo, mas fez tanto por mim ao longo da sua vida que mesmo com passar dos anos permanece vivo em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por me permitir concluir mais esta etapa da minha vida profissional.

A minha Mãe Sirlene e meu Pai Emanoel por todo apoio durante essa jornada acadêmica sendo o alicerce para que eu não desistisse da caminhada, auxiliando sempre em cada momento difícil enfrentado ao longo desta jornada.

Ao meu irmão Farley e minha cunhada Júlia que me incentivaram e me ouviram, dando força e apoio incondicional. A minha avó Antonia por suas orações, carinho e cuidado no decorrer da minha trajetória acadêmica.

Aos Professores, em especial a minha orientadora Elvira Simões Barretto pelos ensinamentos, paciência e dedicação na construção deste trabalho, tornando possível a realização deste sonho.

As Professora Marcia Iara e Michelline Costa por aceitarem compor a banca deste trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento do mesmo.

RESUMO

Considerando a importância crescente do Serviço Social na construção de práticas educacionais inclusivas e na superação de desigualdades sociais no ambiente escolar, este estudo se debruça sobre as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. O objetivo geral é compreender como essas intervenções contribuem para a promoção de uma educação mais justa, acessível e empoderadora para todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, capacidades ou origens culturais. Especificamente, busca-se mapear as principais estratégias adotadas pelos assistentes sociais, colaborar e ampliar essas práticas na promoção da inclusão e do empoderamento estudantil e explorar o papel da colaboração interdisciplinar na otimização dessas intervenções. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, que permitiu a análise detalhada de uma ampla gama de fontes, incluindo estudos de caso, pesquisas empíricas e relatos de experiências práticas. Os resultados indicam que as intervenções do Serviço Social são cruciais para identificar e remover barreiras à inclusão, fomentar o desenvolvimento de competências sociais e acadêmicas nos estudantes e promover uma cultura de colaboração e respeito mútuo entre todos os membros da comunidade escolar. Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados, as estratégias interventivas do Serviço Social na educação são fundamentais para avançar em direção a sistemas educacionais mais equitativos e inclusivos.

Palavras-chave: Serviço Social; Estratégias Interventivas; Educação Inclusiva; Empoderamento Estudantil; Colaboração Interdisciplinar.

ABSTRACT

Considering the growing importance of Social Work in building inclusive educational practices and overcoming social inequalities in the school environment, this study focuses on the intervention strategies of Social Work in the school community. The general objective is to understand how these interventions contribute to promoting a fairer, more accessible and empowering education for all students, regardless of their socioeconomic conditions, capabilities or cultural origins. Specifically, it seeks to map the main strategies adopted by social workers, collaborate and expand these practices in promoting inclusion and student empowerment, and explore the role of interdisciplinary collaboration in optimizing these interventions. The methodology adopted was a narrative literature review, which allowed detailed analysis of a wide range of sources, including case studies, empirical research and reports of practical experiences. The results indicate that Social Service interventions are crucial for identifying and removing barriers to inclusion, fostering the development of social and academic skills in students and promoting a culture of collaboration and mutual respect among all members of the school community. It is concluded that, despite the challenges faced, the intervention strategies of Social Work in education are fundamental to move towards more equitable and inclusive educational systems.

Keywords: Social Work; Interventional Strategies; Inclusive Education; Student Empowerment; Interdisciplinary Collaboration.

SUMÁRIO

1. Introdução *6*

2. POLÍTICAS SOCIAIS, POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL *8*

2.1 Serviço Social na Educação : Breve análise das dinâmicas das políticas sociais. **10**

2.2. Política de educação e o serviço social: uma análise crítica **19**

2.2.1 Estratégias Interventivas Frente ao Neoconservadorismo na Educação 25

2.2.2 Processo histórico da inserção do serviço social na política de educação e estratégias interventivas frente ao neoconservadorismo na educação **26**

3. Estratégias Interventivas do Serviço Social no Contexto da Política de Educação *34*

3.1 Especificidades e Demandas do Serviço Social na Política de Educação **34**

3.2 Estratégias Interventivas à Luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social **41**

4 METODOLOGIA *49*

4.1 Natureza da Abordagem **49**

4.2 Tipo de Pesquisa **50**

4.3 Meios Técnicos de Investigação **51**

4.4 Universo da Pesquisa **52**

4.5 Recorte da População Pesquisada **54**

4.6 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados **54**

4.7 Análise dos Resultados **54**

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES *55*

5.1 Inclusão e Acesso à Educação **55**

5.2 Empoderamento Estudantil **56**

5.3 Colaboração Interdisciplinar **57**

5.4Discussão **58**

6. Considerações Finais *61*

6 REFERÊNCIAS *65*

1. INTRODUÇÃO

O serviço social em contextos escolares assume um papel transformador, navegando em meio a complexidades sociais e educacionais. Ancorado no estudo de Yazbek (2018), examina como o serviço social pode atuar efetivamente para mitigar as barreiras sociais que afetam a educação. A pesquisa foca em estratégias interventivas no serviço social escolar, com especial atenção aos desafios de desigualdade e exclusão, identificados por Chaves e Gehlen (2019) como barreiras críticas ao desenvolvimento educacional.

O interesse em pelo tema surgiu a partir da construção do conhecimento ao longo do curso e do meu trabalho como professora na escola de rede pública estadual, em que foi possível perceber a necessidade da inserção do assistente social nas escolas, visto que, as mais variadas expressões da questão social emergem neste espaço e alberga aspectos econômicos, sociais e culturais.

A escassez de pesquisas detalhadas neste campo, ascendeu o desejo por essa área pouco explorada, onde as práticas e intervenções do serviço social podem oferecer contribuições significativas para a melhoria da educação e o bem-estar dos estudantes. Este estudo visa, portanto, investigar e documentar de maneira abrangente as estratégias e ações implementadas por assistentes sociais nas escolas, contribuindo assim para a expansão da literatura acadêmica e o um maior entendimento das práticas profissionais no campo.

Além disso, as observações de Semioni (2011) sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais em ambientes educativos ressaltam a complexidade dessa atuação e a necessidade de competências específicas para lidar com as diversas questões que emergem nesse contexto. Tais desafios incluem a necessidade de promover a inclusão, lidar com questões de saúde mental, garantir o acesso à educação de qualidade para todos os estudantes e trabalhar em colaboração com profissionais de outras áreas para atendimento integral dos alunos.

Este contexto implica compreender e identificar as diversas violências e violações que afetam a comunidade escolar a exemplo de (questões relativas à saúde mental, evasão escolar, violência sexual, trabalho infantil, dentre outras, bem como a realidade social, e econômica e o contexto sócio -ocupacional em que o profissional está inserido).

Portanto, ao expandir a compreensão sobre as intervenções do serviço social na educação, este estudo não apenas contribui para o corpo teórico existente, mas também oferece uma revisão bibliográfica acerca da prática para assistentes sociais que atuam ou pretendem atuar em contextos escolares. A documentação e análise das práticas adotadas, bem como a

identificação de estratégias efetivas para a o enfrentamento dos desafios, podem servir como um guia valioso para profissionais que buscam promover o bem-estar e o sucesso educacional dos estudantes. A metodologia empregada nesta revisão narrativa foi delineada para proporcionar uma compreensão abrangente das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, com foco na análise qualitativa dos dados obtidos através de uma extensa revisão bibliográfica.

A pesquisa proposta visa não apenas apresentar o papel do serviço social na comunidade escolar, mas também destacar a importância de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Ao fazer isso, espera-se que o estudo contribua significativamente para o desenvolvimento de práticas baseadas em evidências que possam ser aplicadas para melhorar os resultados educacionais e promover uma educação mais inclusiva e acessível para todos os estudantes.

A análise dos resultados revelou uma ênfase significativa no empoderamento dos estudantes como uma estratégia interventiva chave. Discussões em torno da colaboração interdisciplinar também foram prevalentes, destacando como a o compromisso ético-político do/as assistentes sociais e o diálogo interprofissional com educadores, psicólogos e outros profissionais pode enriquecer as intervenções educacionais.

A discussão dos resultados sugere que apesar das crescentes estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, ainda existem desafios significativos a serem superados. A necessidade de recursos adequados, a resistência institucional a mudanças e a importância de políticas públicas que apoiem efetivamente as práticas inclusivas e colaborativas foram identificadas como barreiras críticas. Portanto, é imperativo que os profissionais de Serviço Social na luta por um novo modelo de sociedade que promova uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos os estudantes.

Este estudo amplia a compreensão das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, oferecendo percepções valiosas para a prática profissional e a formulação de políticas. A abordagem metodológica adotada, que combina revisão bibliográfica com análise de estudos de caso, proporciona uma compreensão aprofundada das complexidades envolvidas nas práticas de Serviço Social no contexto educacional.

O estudo se propõe a contribuir para um entendimento mais amplo de como o serviço social pode ser integrado de forma mais efetiva as políticas educacionais, visando a promoção de uma educação mais inclusiva e justa. A importância de adaptar as práticas de serviço social

às necessidades específicas das diferentes comunidades escolares é um aspecto central desta pesquisa.

Os objetivos delineados serão abordados de modo a permitir a identificação e descrição das principais estratégias interventivas, além da relevância na promoção de uma educação acessível e justa. Foi possível compreender a essencialidade da atuação do Serviço Social no âmbito educacional para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, capacidades ou origens culturais, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Este estudo responde ao problema de pesquisa ao evidenciar como as intervenções do Serviço Social podem efetivamente contribuir para a superação de barreiras à inclusão, sucesso educacional e acesso aos direitos.

2. POLÍTICAS SOCIAIS, POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo será abordado o que são as políticas sociais, as políticas de educação e o serviço social, pois o assistente social é o profissional que inserido neste espaço ocupacional desenvolverá sua prática profissional comprometido com a transformação da sociedade e afastando qualquer tipo discriminação, opressão e desigualdade. Deste modo, o capítulo perpassará realizando um breve recorte histórico do serviço social enquanto profissão, aspectos do conservadorismo[1] e do neoconservadorismo presentes no âmbito educacional.

Por intermédio de leituras e sistematização de materiais pertinentes ao assunto, será discorrido na seção 2.1 Serviço Social na Educação: Breve análise das políticas sociais. Será apresentado como as políticas sociais são formuladas e implementadas em diferentes momentos históricos. Na seção 2.2 Política de educação e o serviço social: uma análise crítica fará uma interlocução entre a política de educação e o serviço social e ambas influenciam uma a outra. Na seção 2.2.2 Processo histórico da inserção do serviço social na política de educação e estratégias interventivas frente ao neoconservadorismo abordará a evolução histórica do serviço social na educação.

A partir disso, torna-se fundamental compreender a importância do serviço social na política educacional, contemporâneo marcado por desafios como a desigualdade e a exclusão social, torna o papel dos assistentes sociais crucial para o desenvolvimento de políticas

[1] O termo conservadorismo designa “ideias” e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraponto das forças inovadoras (BONAZZI, 2000).

educacionais positivas e inclusivas Yazbek (2018). Este estudo busca explorar as estratégias interventivas do serviço social em escolas, analisando como esses profissionais podem contribuir para a superação de barreiras socioeducacionais e promover uma educação mais justa e acessível.

Diante das transformações globais e dos novos desafios impostos pelo neoconservadorismo nas políticas sociais Almeida (2020), é imperativo entender como o serviço social pode se adaptar e responder efetivamente a essas mudanças. A pesquisa se justifica pela necessidade de fornecer uma análise aprofundada das práticas do serviço social na educação, uma área ainda pouco explorada e que requer maior atenção acadêmica e prática Iamamoto (2019).

Teixeira (2009) argumenta que uma reflexão deve ser feita para compreender o surgimento da profissão, pois as transformações da sociedade estão intimamente relacionadas com a historicidade e a partir de suas contradições. O tripé ação, condição e consciência que compõem as identidades é o elemento característico do projeto profissional que serão norteados por valores que são divergentes na sociedade capitalista. A partir destas contradições é que determinam a profissão e suas dimensões.

Ao realizar um recorte histórico o Serviço Social é uma profissão que surge de um movimento de caráter reformista-conservador em que se desenvolve sob a presença dos avanços obtidos pelas ciências sociais, com a manutenção de atributos de cunho técnico-instrumental direcionado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado e a influência que justifica a ação está calcada no pensamento aristotélico-tomista e as concepções do ideário de modernização presente nas Ciências Sociais.

Assim sendo, destaca-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para interpretação do presente. O passado é experimentado virtualmente no presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo o modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão (Iamamoto p.27, 2013).

Ao propor estratégias no campo educacional, aspectos como o conservadorismo e o neoconservadorismo[2] trazem uma contraposição aos direitos sociais e a universalização do mesmo. Este trabalho propõe-se a investigar as estratégias interventivas do serviço social na comunidade escolar, enfatizando a importância de abordagens inovadoras em um cenário desafiador.

O neoconservadorismo tem impactado significativamente as políticas sociais Almeida (2020), exigindo uma reavaliação das estratégias utilizadas no serviço social. A complexidade dessas políticas, juntamente com as transformações na educação especial no Brasil Baptista (2019), ressalta a necessidade de uma prática de serviço social adaptável e efetiva.

Nesta senda o processo dinâmico da história, vão convertendo as relações complexas que são medidas pela vida social e seus modelos, vão desenvolvendo progressivamente contornos com vista na objetivação da realidade as quais ficarão conhecidas como práxis, estas compõem o desenvolvimento histórico do homem enquanto ser social. As mais variadas práticas trazem projeções individuais e coletivas concebidas pelos múltiplos indivíduos enquanto sujeitos individuais e coletivos que pertencem aos diversos interesses sociais.

Este estudo busca compreender como as teorias políticas, especialmente aquelas delineadas por Bobbio (2007), influenciam as políticas educacionais e sociais. Portanto, este capítulo tem por objetivo mostrar a relação entre as políticas sociais, políticas de educação e o serviço social.

2.1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Breve análise das dinâmicas das políticas sociais.

Compreender o serviço social no contexto educacional requer a apreensão das dinâmicas das políticas sociais em determinados momentos históricos. Também implica decifrar a importância da vinculação do profissional a um determinado projeto de sociedade. Para alcançar tal propósito a presente pesquisa inicia com uma breve revisão de literatura de autores como Norberto Bobbio (2007), Teixeira (2009); Maria Carmelita Yazbek (2018) e Telma

[2] O neoconservadorismo passa, então, a apresentar-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (LIMA, 2019).

Menicucci (2018) entre outros. Compreende-se que tais autores trazem elementos cruciais para o debate acerca do tema.

Norberto Bobbio, em sua obra "Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política" (2007), discute a estrutura e o papel do Estado na sociedade, oferecendo uma perspectiva essencial para entender como as políticas sociais são formuladas e implementadas. Bobbio argumenta que o Estado desempenha um papel central na regulação e na provisão de serviços sociais, incluindo a educação. Esta visão é fundamental para compreender o contexto em que os assistentes sociais operam dentro da comunidade escolar.

A partir desta visão de Bobbio (2007) é que podemos compreender a respeito da concepção da gênese da sociedade civil, sua relevância e as diferença e sua conexão com o Estado. O autor traz a importância do Estado enquanto detentor do poder e a uso do poder coercitiva para manutenção e as delimitações das liberdades individuais e coletivas reverberam diretamente nas políticas públicas sociais e em especial na política de educação. O serviço social é a profissão que não tão somente executa as ações sociais, o assistente social desempenha a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Para alcançar os anseios de uma transformação social preconizado no projeto ético-político da profissão, desenvolvendo habilidades que vão desde uma comunicação clara, realizando em seu cotidiano profissional uma análise crítica que abarque a totalidade para uma compreensão da realidade social, assim o projeto profissional é imprescindível para que o trabalho desenvolvido esteja centrado na defesa dos direitos sociais na sociabilidade, o que é possível desvendar no percurso entre o processo formativo e atuação profissional neste campo ocupacional.

Ao efetuar a conexão entre o processo formativo e a atuação profissional, Teixeira (2009) disserta análise a importância do Projeto profissional. E em suas análises ela afirma que toda prática profissional se gesta em meio as contradições que são inerentes a um determinado modelo de sociedade e possui uma dimensão política que está ancorada em determinados referenciais teóricos.

Os embates e contradições presentes na sociedade de classes, rebatem diretamente na prática profissional, pois, se materializa num determinado tipo de sociabilidade, no caso, a burguesa. Assim o autor discorre que [...] conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. (Teixeira, 2009, p.5).

Neste contexto o projeto profissional pode ser compreendido como transformador de uma dada realidade social ou conservador. Os projetos que possuem perspectiva transformadora, se relaciona diretamente com (as estratégias) pois estas permitem a transformação social. “Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, p.16).

Assim temos a finalidade do Projeto ético-político: o vínculo inextinguível com os projetos comprometidos com a transformação social ou de conservação do ordenamento social. Por fim, o projeto se relaciona a um outro projeto de coletividade não se misturando com ele. Ambos os projetos são essenciais no fazer profissional o desenvolvimento destes permitem a reflexão cotidiana com o objetivo de uma transformação da sociedade.

As políticas sociais são diversas estão intimamente conectadas com a conjuntura vivenciada pelo País no campo político, econômico e social. Logo, a dinâmica e os aspectos das políticas sociais sua organização e gestão são marcados pelo capitalismo, pelas lutas profissionais e sociais, visto que o Serviço Social enquanto profissão inserida na sociedade capitalista, com modelo societário que alberga um panorama complexo constituído pelos monopólios e pelo pensamento neoliberal[3]. Deste modo o Serviço Social, como profissão colocada na divisão sociotécnica do trabalho deve ser entendida a partir das relações manifestadas pelas relações de classes instituída.

Para Höfling a política educacional é permeada por relações de poder, como também em outras áreas as políticas sociais no contexto da sociedade capitalista são marcadas pela predominância das relações sociais de poder:

> Para a sociedade capitalista, na educação estabelecem-se relações de poder onde os ideais das classes dominantes são reproduzidos. Os filhos dos donos dos meios de produção continuarão sendo os donos dos meios de produção, enquanto os filhos do proletariado continuarão sendo a mão de obra explorada (HÖFLING, 2001, P.119).

[3] A partir de então, o conceito passou a ser adotado quase que exclusivamente por seus críticos para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo (BOAS & GANS-MORSE, 2009; VENUGOPAL, 2015).

Maria Carmelita Yazbek, em seu trabalho como "Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro" (2018), aborda a questão social contemporânea e seu impacto nas políticas sociais. Yazbek destaca a importância do Serviço Social na mediação das relações entre o Estado, as políticas sociais e os cidadãos, especialmente em tempos de desafios econômicos e sociais. Esta análise é crucial para entender as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, especialmente em contextos de desigualdade e exclusão social.

Telma Menicucci e Sandra Gomes, em "Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira" (2018), exploram a evolução das políticas sociais no Brasil, oferecendo um panorama histórico e teórico relevante para o entendimento das práticas do Serviço Social na educação. Eles discutem como as políticas sociais foram moldadas ao longo do tempo e como isso afeta a implementação de programas educacionais e de assistência social.

Daí provém as discussões acerca das Políticas públicas[4]sociais, se estas tem assumido uma faculdade paliativa ou compensatório, esse atributo se revela nas ações que interessam apenas para suavizar ou acalmar os problemas que forem surgindo, estabelecido pela lógica capitalista. Por isso é de suma importância que as políticas sociais exprimam ações que é intervenções que externem a emancipação e autonomia dos indivíduos frente aos problemas que se colocam de maneira não participativa.

> [...] percebe-se que a educação em toda a sua dimensão é permeada por várias questões, tanto na área política, quanto na área econômico e social. É através dos encaminhamentos e direcionamentos dados a determinados programas que se pode compreender como algumas ações são engendradas e assimiladas pela sociedade (2013, p.120).

A obra de Marilda Villela Iamamoto, "A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina" (2019), também contribui significativamente para este debate, enfatizando a importância da formação profissional dos assistentes sociais e sua capacidade de intervir de maneira efetiva na questão social presente no ambiente escolar.

[4] Sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA e FERRAREZI, 2006)

A autora também informa que o Serviço Social latino – americano sofre bastante interferência dos países europeus e norte-americanos e que as primeiras escolas de Serviço Social estão intimamente conectadas a iniciativas do Estado ou por influência da Igreja católica, o quando no ano de 1924 a legislação chilena propõe a criação de entidades estatais para a formação de profissionais que atendessem as demandas da assistência social, lembrando que de modo complementar o trabalho do médico.

A profissão surge sob forte influência da igreja e as ações profissionais desenvolvidas possuía caráter caritativo e filantrópico. Busca-se também mais a frente conciliar a ciência a técnica para preparar profissionais que entendam os problemas sociais que a população vinha enfrentando frequentemente e profissionais prestando os atendimentos possam divulgar resultados para as desigualdades sociais.

As práticas desenvolvidas pelos Assistentes sociais neste âmbito se relacionam diretamente as múltiplas atividades da sociedade, e estas são as que estabelecem a composição dos projetos societários, estes tanto de caráter individuais e coletivos numa sociedade de classes vislumbra o aspecto político de qualquer prática que tem sua matriz nos mais variados interesses sociais, as multíplices mediações permeadas por contradições entre classes e embates na sociedade.

Explorar as mudanças nas políticas sociais e na educação ao longo do tempo é fundamental para compreender as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. Referenciando autores como Leher e Baptista (2021), essa discussão se aprofunda nas transformações históricas e seus impactos na prática do Serviço Social. No texto, ‘A evolução das políticas educacionais” por Baptista, o autor destaca os paradigmas em mudança em direção a modelos educacionais mais inclusivos, enfatizando o papel do Serviço Social em facilitar essas transições.

As percepções de Yazbek (2019), sobre a questão social e sua relação com as práticas do Serviço Social lançam luz sobre os desafios sociais mais amplos que permeiam a esfera educacional. Segundo, Yazbek, A interseccionalidade das questões sociais, no contexto escolar exige uma abordagem multifacetada pelo Serviço Social, visando não apenas às necessidades educacionais imediatas, mas também aos determinantes sociais subjacentes que afetam as experiências e os resultados de aprendizagem dos alunos.

Sobre a importância da extensão das políticas sociais para o acesso alcance da cidadania Tonet (2005) afirma que não podemos negar que na sociabilidade capitalista é consequência formal da liberdade, ainda que possua aspectos positivos para a emancipação ou independência

do homem que marcam a cidadania, ela tem por sua natureza principal e ao mesmo tempo condição de propagação da desigualdade social e virtude disto a desumanização.

A explanação de Menicucci (2018) et al. sobre políticas sociais fornece uma perspectiva crítica sobre os quadros nos quais o Serviço Social opera nas escolas. Alguns princípios são valores indispensáveis e originários de outros valores presentes no Código de Ética de 1993 que apresenta a emancipação como valor humano que demonstra a finalidade ético-política. Os valores como: liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são concomitantemente valores e modos de proporcionar a emancipação humana.

Na introdução do Código de Ética de 1993 traz em seu texto a reafirmação dos valores promotores fundamentais:

> I- Reconhecimento da liberdade como valor ético central das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
> II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
> III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Para o CFESS, em "Os subsídios para atuação dos assistentes sócias na política de educação" em seu texto argumenta que o assistente social inserido na política educacional em sua prática deve nortear sua conduta no reconhecimento da liberdade como princípio fundante e as capacidades com o objetivo de proporcionar a garantia da democracia e autonomia e emancipação do ser humano e qualquer que seja o procedimento violador destes princípios devem ter seu enquadramento nas normas.

A importância dos profissionais abarca não só a competência e a autonomia enquanto liberdade para que estes desenvolvam a sabedoria para tomar decisões e geri-las estejam elas ou não associadas à sua vida dentro das relações sociais, mas também tenham as suas escolhas e opiniões valorizadas no que tange a intervenção profissional. Esse pensamento é proveniente "Os subsídios para atuação dos assistentes sócias na política de educação" do Conselho federal de Serviço Social.

A conduta profissional deve antes mais que tudo deve zelar pela sua autonomia e afastar-se de qualquer postura de subserviência e subalternidade nas relações aos demais profissionais, sejam eles seus superiores ou não para a consolidação do Projeto Ético-político do Serviço

Social. Desse modo o Projeto Profissional está estabelecido nas contradições intrínsecas da sociedade capitalista, todavia os assistentes sociais devem pautar a sua prática sob a perspectiva emancipatória, reforçando que os homens/mulheres são sujeitos independentes.

No Código de Ética 1993 com a resistência e a luta dos movimentos sociais, a constante mobilização da classe trabalhadora e as categorias excluídas o compromisso do Serviço social a transformação da sociedade com os direitos apresentados de modo formal como direitos reais, ainda que estes estejam no campo da sociedade capitalista. É essencial superar o sistema capitalista na concepção da instauração de uma outra sociabilidade.

Para afirmar o compromisso com a democracia o Código de ética traz:

> IV- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
> V- Posicionamento a favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a gestão democrática;
> VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

A democracia é fator primordial para a obtenção e aprimoramento dos direitos que reverbera nas demais esferas da sociedade, não obstante das comunidades escolares, pois nelas se encontram a necessidade da efetiva participação de todos que a compõem, firmar o compromisso com respeito a liberdade de expressão e toda a manifestação do pensamento e igualdade de oportunidade e socialização dos conhecimentos prévios e os adquiridos ao longo da vida escolar.

A equidade se efetiva como parte indissociável do cotidiano profissional do assistente social, com o olhar sempre voltados para a justiça e igualdade para todos conectados aos valores assegurados de modo formal com a finalidade também do alcance dos valores preconizados no Código de Ética do Assistente social como a liberdade, justiça social e democracia, repelindo as desigualdades e atuando sempre na perspectiva da emancipação humana.

O serviço social deve operar neste espaço socioocupacional na proteção da equidade e da justiça social, atuando na manutenção dos programas sociais e políticas sociais públicas como instrumento para viabilizar a satisfação das necessidades dos usuários, assegurando

sempre as capacidades de habilidades, rejeitando qualquer barreira que flerte com a desigualdade e discriminação.

As contribuições teóricas de Bobbio sobre o estado, governo e sociedade fornecem uma compreensão em nível macro dos contextos político e social nos quais o Serviço Social na educação opera. Seu trabalho enfatiza a importância das estruturas de governança e normas sociais na modelagem das possibilidades e limitações das intervenções do Serviço Social nas escolas.

O princípio assegurado no Código de Ética de 1993 é imprescindível para a constituição de um espaço solidário e livre, VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classes, etnia e gênero. Esse princípio evidencia a estruturação de comunidade humana, com a valorização das suas potencialidades autodeterminado e possível como homem.

O pensamento coletivo de diversos autores neste trabalho fornece uma visão abrangente do papel do Serviço Social na comunidade escolar, sublinhando a necessidade de uma abordagem informada, integrativa e adaptativa para enfrentar os desafios multifacetados enfrentados pelos alunos. Esta análise não apenas enriquece o discurso acadêmico sobre o Serviço Social na educação, mas também fornece orientação prática para profissionais que buscam aprimorar seu impacto no setor educacional.

Roberto Leher, em "Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais" (2021), aborda a mercantilização da educação e das políticas sociais no contexto das reformas administrativas. Esta perspectiva é essencial para entender os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na implementação de estratégias interventivas em ambientes educacionais cada vez mais influenciados por lógicas mercadológicas.

Claudio Roberto Baptista, por outro lado, em "Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil" (2019), foca na evolução das políticas públicas voltadas para a Educação Especial no Brasil. Baptista (2019) destaca a importância de políticas inclusivas que garantam o acesso e a participação de todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. Esta abordagem é fundamental para o Serviço Social, que busca promover a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

Além disso, a obra de Guilherme Silva de Almeida, "Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais" (2020), oferece uma visão crítica sobre como as tendências neoconservadoras afetam as políticas sociais. Almeida (2020) argumenta que o neoconservadorismo tem levado a uma redução do papel do Estado no bem-estar social,

o que impõe desafios adicionais para os assistentes sociais na escola, que agora precisam operar em um ambiente com recursos mais limitados.

> Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte num protagonismo dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2004, p.144).

As políticas públicas é um desafio para os assistentes sociais, pois independente de qual for o seu campo de atuação o profissional operará de modo a viabilizar os direitos da comunidade escolar na defesa da universalização dos direitos, assegurando a dignidade e cidadania dos indivíduos para o atendimento dos interesses coletivos. A atuação profissional exige competência técnica e operativa para responder as demandas sociais, realizando sempre uma reflexão crítica da realidade considerando as diferentes manifestações culturais, sociais dos mais variados segmentos aperfeiçoando a sua ação profissional.

Por fim, Telma Menicucci e Sandra Gomes, em "Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira" (2018), oferecem um panorama abrangente das políticas sociais no Brasil, incluindo a educação. Eles discutem como as políticas sociais evoluíram ao longo do tempo e como isso afeta a prática do Serviço Social na comunidade escolar.

A discussão sobre as mudanças nas políticas sociais e na educação, com base nos trabalhos de Baptista, é fundamental para entender as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. Essa análise histórica e teórica permite aos profissionais de Serviço Social desenvolver abordagens mais efetivas e adaptadas às realidades contemporâneas das políticas educacionais e sociais.

Deste modo, Baptista apresenta em seu trabalho o questão da escolarização das pessoas com deficiência, onde também incidirá as estratégias interventivas do Serviço social no campo educacional, considerando o período 2008 a 2018 de seus estudos em razão do desenvolvimento de uma política pública que apropria-se da inclusão escolar como diretriz nacional e objetivo de pesquisa e de que para ainda existe uma continuidade no modo de alcançar as pessoas com deficiência, oferecendo por vezes os mesmos recursos educacionais utilizados em anos anteriores.

2.2. Política de educação e o serviço social: uma análise crítica

A interação entre a política de educação e o Serviço Social é um campo dinâmico e complexo, onde as práticas e o referencial teórico se entrelaçam para moldar a realidade educacional e social. Referenciando estudos como os de Manima (2015) e Semioni (2011), esta análise busca compreender como a política de educação influencia e é influenciada pelo Serviço Social.

Neste contexto o Projeto Ético-político é bem preciso no que diz respeito ao compromisso profissional:

> Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como a possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia e a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia ou gênero (NETTO, 1999, p.104– 5).

O pensamento coletivo desses autores fornece uma visão abrangente do papel do Serviço Social na comunidade escolar, esta análise não apenas enriquece o discurso acadêmico sobre o Serviço Social na educação, mas também fornece orientação prática para profissionais que buscam aprimorar seu impacto no setor educacional e o compromisso da profissão com a eliminação de todo e qualquer processo de exploração, alienação e opressão.

Manima (2015) destaca como os profissionais de Serviço Social atuam como mediadores entre as políticas educacionais e as necessidades dos estudantes, especialmente em contextos urbanos com desafios socioeconômicos significativos. Esta abordagem ressalta a importância de políticas educacionais que considerem as realidades sociais dos alunos, um aspecto fundamental para o desenvolvimento de estratégias interventivas compatíveis com o contexto ao qual os usuários estejam inseridos.

Os aspectos que envolvem o ambiente escolar são os mais diversos e vai muito além das características das limitações físicas da escola. A questão social ligadas a questão racial,

econômica, de segurança alimenta e entre outros acabam por contribuir para que pessoas negras tenham um índice de avanço escolar, e isto está intimamente relacionado aos estudantes mais pobres e em sua grande maioria negros de baixa renda.

As disparidades existentes na sociedade brasileira na atualidade é resultado do racismo estrutural que se expressam nestes aspectos citados acima, numa desigualdade persistente o que demonstram o choque econômico resulta no crescente abandono escolar por parte dos alunos, não somente por terem que sustentar suas famílias, mas também por ter perspectiva financeira de manter a sua frequência na escola, muitas das vezes sem condições para o transporte e alimentação. As desigualdades econômicas colaboraram para afastar estudantes das escolas brasileiras.

Ao analisar o objetivo da educação no capitalismo, Höfling, afirma:

> Para a sociedade capitalista, na educação estabelecem-se relações de poder onde os ideais das classes dominantes são reproduzidos. Os filhos dos donos dos meios de produção continuarão sendo os donos dos meios de produção, enquanto os filhos do proletariado continuarão sendo a mão de obra explorada (2001, p.119).

Assim emerge a necessidade de os profissionais de serviço social compreenderem as particularidades destas desigualdades e porque se reproduz, e muitas vezes naturalizado entre a comunidade escolar. Quais as tramas que tecem esta naturalização e consequentemente sua persistência? Quais estratégias para o seu enfrentamento? Nestas análises é sempre importante ter como norte o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

É válido refletir que por trás da evasão escolar há diversos aspectos envolvidos, que vão desde a gravidez na adolescência, desinteresse pelo ambiente escolar, as barreiras para inclusão dos alunos com deficiência, assim como também os alunos em sua grande maioria são de baixa renda, são obrigados de forma precoce a por razões de necessidade imediata contribuir para a geração de renda em seus lares. Numa mesma linha de pensamento de Holfling e Iamamoto, afirma que: “Uma das formas de redução do custo da força de trabalho é o contrato da mão-de-obra infantil. Quando 30% da população economicamente ativa do mundo está desempregada, cresce o desemprego dos adultos e aumenta, contraditoriamente, o emprego infantil” (2015, p.39).

O trabalho do assistente social se desenvolverá na esfera educacional também na luta e mobilização em razão da defesa dos direitos da criança e do adolescente na sociedade, visto que os assistentes sociais uniram a sua colaboração a outras forças sociais, favorecendo para dar uma maior visibilidade pública a essa manifestação da questão social. Como classe profissional que trata com as múltiplas expressões sociais relações em seu cotidiano profissional, que concede informações acerca das inúmeras manifestações das desigualdades e a exclusão da história dos indivíduos sociais.

Franciane Semeoni, em "A atuação do assistente social no âmbito da educação básica: Seus desafios, atribuições e competências" (2011), discute os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na educação básica. Semeoni (2011) argumenta que os profissionais de Serviço Social devem estar equipados com habilidades e conhecimentos específicos para lidar com as complexidades das políticas educacionais e suas implicações sociais. A autora enfatiza a necessidade de uma formação contínua e adaptada às mudanças nas políticas e práticas.
É, portanto, essencial formar profissionais aptos teórico e metodologicamente, como também tecnicamente para entender as consequências da sua prática, sempre reconstituindo, implementando e recriando no cenário das forças sociais existentes.

> Na direção apontada, a formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução prática e ao estabelecimento de estratégias de ação; supõe, ainda, a preparação no campo da investigação como eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do Assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e à realidade social mais ampla (IAMAMOTO, 2013, p.193).

É possível depreender que a formação profissional não pode ser entendida a partir um requisito já conhecido, é necessário um olhar crítico-analítico para a conjuntura ocupacional e indicar alternativas teórico-práticas da profissão dispostas na própria realidade. A formação profissional não pode vista como apenas uma preparação para o emprego, deve visto como um acontecimento que contém historicidade como movimento constante das disposições da realidade social e processos.

Marilda Villela Iamamoto (2019) em “A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina", fornece clareza sobre a importância da formação e da capacitação contínua dos assistentes sociais. Iamamoto (2019) destaca que a

educação e a formação contínua são cruciais para que os assistentes sociais possam enfrentar efetivamente os desafios emergentes no campo educacional.

Semeoni (2011) analisa as competências necessárias para os assistentes sociais atuarem efetivamente nas escolas, enfatizando a importância da formação contínua e da adaptação às mudanças nas políticas educacionais e sociais. A formação do assistente social é requer que mesmo desenvolva a competência de articular dialeticamente com as demandas concretas e àquelas iminentes que vão auxiliar para modificar a conjuntura profissional corrente.

Ribeiro em seu estudo destaca a importância do assistente social nas escolas para promover a inclusão, a participação e o sucesso educacional de todos os alunos, especialmente aqueles provenientes de contextos vulneráveis. Consideramos assim que o assistente social no ambiente educacional irá contribuir para estimular os alunos, pais, e funcionários da escola a serem sujeitos autônomos e empoderados na luta pela efetivação de seus direitos. (Ribeiro, 2018, p.15)

A formação profissional é imprescindível é durante esse momento que os profissionais desenvolvem as competências e habilidades, em que o profissional ancorado nos princípios e deveres do Código de Ética de 1993, documento que representa a identidade do/da assistente social que é o profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos, bem-estar dos estudantes e indivíduos e as comunidades. Esse bem-estar envolve no campo educacional, o acolhimento e encaminhamento dos alunos por questões de saúde mental, visto que é uma questão crescente nas escolas brasileiras.

No Código de Ética de 1993 no Capítulo III Das relações com os Assistentes Sociais e outros Profissionais. Art.10 são deveres do assistente social:

> a) Ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
> b) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
> c) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização de categoria e outras, dando igual oportunidades a todos.

É de suma importância o trabalho interdisciplinar contribuindo para o acolhimento e atendimento global do usuário. Conforme Bisneto (2022) destaca, os desafios enfrentados pelos

assistentes sociais ao lidar com questões de saúde mental em ambientes escolares, onde frequentemente encontram falta de recursos e apoio institucional. O autor sugere a necessidade de estratégias que integrem a saúde mental e planejamento educacional, promovendo uma abordagem integral que considere o bem-estar psicológico dos estudantes como parte essencial do processo educativo.

A prática interdisciplinar é essencial para uma melhor recepção do usuário, é necessário unir conhecimentos e saberes com uma equipe profissional diversificada, contribuindo para o surgimento de relações profissionais solidários. No código de ética está presente como dever do assistente social: “d) Incentivar sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar”. Sendo importante ressaltar que a intervenção conjunta é relevante, mas que o assistente social deverá respeitar os limites normativos, legais e até mesmo técnicos das outras profissões em consonância com CFESS n.273/93 e a singularidade da sua área de atuação.

Além disso, a obra de Franciane Semeoni, "A atuação do assistente social no âmbito da educação básica: Seus desafios, atribuições e competências" (2011), fornece a compreensão sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na educação básica. Semeoni (2011) analisa as competências necessárias para os assistentes sociais atuarem efetivamente nas escolas.

Claudio Roberto Baptista, em "Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil" (2019), oferece uma perspectiva sobre os desafios específicos relacionados à educação especial. Baptista (2019) ressalta a necessidade de políticas e estratégias inclusivas que garantam o acesso e a participação de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, um aspecto essencial para o trabalho do assistente social na escola.

Por fim, a análise de Guilherme Silva de Almeida em "Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais" (2020) oferece um contexto mais amplo sobre as tendências políticas e sociais que influenciam as políticas educacionais e sociais. Almeida (2020) discute como as mudanças políticas podem afetar a disponibilidade de recursos e o foco das políticas sociais, incluindo aquelas relacionadas à educação.

As políticas públicas sociais são ferramentas utilizadas no enfrentamento dos problemas sociais que afetam a população e o êxito destas políticas impacta diretamente em melhorias de maneira mais globalizante, com programas estruturados em setores ou áreas estratégicas, refletem transformações significativas na conjuntura nacional, especialmente na área social.

Com o congelamento de recursos a partir da aprovação do congresso nacional da Emenda Constitucional 95 no ano de 2016, impossibilitou a execução de diversos programas

que conduziam o país ao desenvolvimento social e econômico. Este esgotamento de recursos e descontinuidade dos programas foram constatadas especialmente pelas parcelas mais pobres da população, o que acarretou a evasão de crianças em idade escolar, esta situação se agravou principalmente na região norte e nordeste do país.

Os sucessivos cortes efetuados por governos neoliberais auxiliaram para a diminuição do papel do Estado e do poder público, repassando a incumbência de setores importantes para a iniciativa privada. Esse cenário reduz a capacidade do Estado de atender as necessidades ou problemas da sociedade e implementar soluções, gerando uma maior dependência do país com o setor privado o que aumenta as desigualdades internas sociais.

Em razão dos aspectos citados acima os elementos político, econômico e social trazem marcas na sua história que se estabeleceram oposição ao ideário de igualitário da modernidade. O fomento a privatização do Estado e de institutos da sociedade civil para o atendimento dos interesses próprios de uma classe ou grupo de poderosos permitiu a formação de sociedade hierarquizada e possui um acervo amplo de privilégios, violências, discriminações sejam de raça, de gênero, poder e entre outras o que estende a fenda a qual germina as desigualdades que é referência das manifestações da questão social.

É importante destacar que o avanço do conservadorismo político e social impõe limitações significativas ao trabalho dos assistentes sociais, especialmente no que se refere à promoção de políticas inclusivas e progressistas na educação. A obra de Norberto Bobbio, "Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política" (2007), oferece uma base teórica para entender as mudanças nas políticas sociais e educacionais sob a influência do neoconservadorismo. Bobbio (2007) discute o papel do Estado e como as ideologias políticas influenciam a formulação e implementação de políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas à educação e ao bem-estar social.

As tendências globais, particularmente o neoconservadorismo, têm exercido uma influência significativa na formulação e implementação das políticas de educação, reconfigurando o cenário educacional de maneiras complexas e multifacetadas. O conservadorismo passa por uma atualização, no combate ao Estado social e aos direitos sociais com a finalidade conceder liberdade para o mercado, destinando ao Estado a incumbência de conter todas as formas de objeção à ordem social e aos costumes tradicionais.

A interseção dessas análises revela um cenário preocupante, onde o neoconservadorismo, com sua ênfase na desregulamentação, na privatização e na responsabilidade individual, desafia os princípios fundamentais da educação como um direito

social e um bem público. A implementação de políticas educacionais sob essa influência tende a favorecer uma lógica de mercado que pode exacerbar as desigualdades sociais e comprometer a qualidade e a acessibilidade da educação para todos.

2.2.1 Estratégias Interventivas Frente ao Neoconservadorismo na Educação

O fortalecimento da educação pública como um espaço de resistência e transformação social é uma estratégia fundamental, isso envolve a criação de espaços dentro das escolas onde estudantes, professores e a comunidade possam se desenvolver diálogos críticos sobre os aspectos sociais políticas e econômicas, fomentando uma consciência crítica e a capacidade de agir coletivamente por mudanças sociais positivas.

Uma das principais estratégias interventivas envolve a defesa ativa de políticas públicas que assegurem o financiamento adequado para a educação pública. Isso inclui a mobilização e a defesa por parte dos assistentes sociais para garantir que os orçamentos educacionais sejam protegidos e ampliados, contrariando a tendência de cortes e restrições orçamentárias. A promoção de políticas que valorizem a educação como um direito fundamental é crucial para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica.

Hargreaves e Shirley (2012) argumenta que outra estratégia essencial é a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e democráticas nas escolas e o suporte emocional. Isso implica em trabalhar junto aos educadores para desenvolver e implementar metodologias de ensino que reconheçam e valorizem a diversidade, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo educacional. As práticas pedagógicas devem ser desenhadas para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, promovendo um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e adaptativo.

A integração de serviços de suporte e saúde mental nas escolas, conforme discutido por Bisneto (2022), é outra estratégia interventiva crucial. Os assistentes sociais podem desempenhar um papel fundamental na implementação de programas que abordem as questões de saúde mental dos estudantes, oferecendo suporte e recursos necessários para seu bem-estar emocional e psicológico.

A capacitação e formação continuada dos profissionais de Serviço Social, como destacado por Iamamoto (2019), é essencial para equipar os assistentes sociais com as

habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios contemporâneos na educação. Isso inclui a formação em abordagens interventivas inovadoras, práticas de proteção aos direitos e mobilização comunitária, bem como o desenvolvimento de competências em trabalho interdisciplinar e colaborativo.

2.2.2 Processo histórico da inserção do serviço social na política de educação e estratégias interventivas frente ao neoconservadorismo na educação

A historicidade do Serviço Social no contexto educacional é marcada por uma série de transformações paradigmáticas e marcos importantes que refletem as mudanças nas demandas sociais, políticas educacionais e o referencial teórico do Serviço Social. Este texto revisa historicamente essas evoluções, destacando os principais desenvolvimentos e desafios enfrentados pelos assistentes sociais na educação.

A origem e a evolução histórica do Serviço Social na educação são fundamentais para compreender as práticas atuais e as estratégias interventivas desenvolvidas por assistentes sociais em contextos escolares. Desde as primeiras décadas do século XX, o Serviço Social tem desempenhado um papel crucial na educação, inicialmente focando em questões de assistência e bem-estar de estudantes em situações vulneráveis.

O Serviço Social na educação iniciou suas atividades nas primeiras décadas do século XX, marcado por um enfoque assistencialista que visava atender às necessidades imediatas dos estudantes em situações de vulnerabilidade. Essa abordagem inicial estava alinhada com a visão predominante do Serviço Social da época, que se concentrava na resolução de problemas individuais e na prestação de assistência direta aos indivíduos (Iamamoto, 2019; Menicucci & GOMES, 2018). A inserção dos assistentes sociais nas escolas era vista como uma extensão dos serviços sociais voltados para famílias e comunidades, com o objetivo de garantir que as "questões sociais"[5] não interferissem no processo educacional dos estudantes.

Ao longo do século XX, o papel do Serviço Social na educação evoluiu significativamente, expandindo-se para além da assistência individual para abordar a questão social mais amplas que afetam o ambiente educacional. Essa expansão foi influenciada por

[5] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO,1983).

mudanças nas políticas sociais e educacionais, bem como pelo desenvolvimento teórico e metodológico do Serviço Social como disciplina (Iamamoto, 2019). Menicucci e Gomes (2018) destacam que, à medida que o Serviço Social começou a adotar uma perspectiva mais crítica e a questionar as estruturas sociais que perpetuam desigualdades, os assistentes sociais passaram a desempenhar um papel mais ativo na promoção de mudanças nas políticas e práticas educacionais (Menicucci & Gomes, 2018).

As contribuições do Serviço Social para a educação são vastas e incluem o desenvolvimento de programas de suporte estudantil, a promoção da inclusão social e educacional, e defesa de políticas educacionais que atendam às necessidades de todos os estudantes. No entanto, os assistentes sociais também enfrentam desafios contemporâneos, como a crescente mercantilização da educação e as políticas de austeridade que limitam os recursos disponíveis para serviços sociais e educacionais (Leher, 2021). Esses desafios exigem que os assistentes sociais sejam inovadores em suas estratégias interventivas e que continuem a advogar por uma educação equitativa e inclusiva.

A origem e a evolução do Serviço Social na educação para Dentz (2015) et al. refletem uma trajetória de expansão e aprofundamento do papel dos assistentes sociais em contextos educacionais. Desde suas raízes assistencialistas até a adoção de uma abordagem crítica e o Serviço Social tem contribuído significativamente para a promoção da justiça social e da equidade na educação. À medida que o campo enfrenta novos desafios, a capacidade dos assistentes sociais de adaptar e desenvolver estratégias interventivas inovadoras será primordial para garantir que a educação continue a ser um direito acessível a todos.

Segundo Dentz (2015) et al. A partir dos anos 1960 e 1970, houve uma expansão significativa do papel do Serviço Social na educação, impulsionada por uma crescente conscientização sobre a interseção entre a questão social e desempenho educacional. Durante este período, a prática do Serviço Social começou a abordar de forma mais sistemática as barreiras sociais ao aprendizado, incluindo pobreza, discriminação e exclusão social. Este foi um período de profissionalização e reconhecimento crescente do papel dos assistentes sociais nas escolas.

As mudanças paradigmáticas no Serviço Social, especialmente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, marcaram uma evolução significativa na forma como os assistentes sociais abordam suas intervenções no contexto educacional. Influenciadas por teorias críticas à luz do pensamento crítico de Marx e uma crescente ênfase na justiça social e

nos direitos humanos, essas mudanças refletem uma transição de práticas centradas no indivíduo para abordagens mais extensivas e sistêmicas.

A transição paradigmática no Serviço Social envolveu uma mudança fundamental na percepção e abordagem das questões sociais. Tradicionalmente focado em intervenções individuais e resolução de problemas imediatos, o Serviço Social começou a adotar uma visão mais ampla, reconhecendo a complexidade das questões sociais e a necessidade de abordagens que considerem os contextos sociais, econômicos e políticos mais amplos.

As teorias críticas, incluindo o marxismo, o feminismo e a teoria crítica da raça, tiveram um papel significativo nessa mudança paradigmática. Essas teorias forneceram ferramentas analíticas para entender as desigualdades e injustiças sociais como produtos de estruturas e processos sociais mais amplos. O âmbito educacional é um campo privilegiado onde para o exercício profissional, onde a profissão contribui para os processos de resistência e institui uma união estratégica para a construção no sentido de um outro projeto societário.

No contexto educacional, essa mudança paradigmática se traduziu em uma abordagem mais integrada, na qual os assistentes sociais buscam não apenas oferecer suporte individual aos estudantes, mas também contribuir para a transformação das estruturas e práticas educacionais. Isso envolve a promoção de políticas e práticas que garantam a inclusão e a equidade, reconhecendo a diversidade dos estudantes e as várias barreiras que podem enfrentar no acesso à educação e no sucesso acadêmico. A abordagem integrada também implica em trabalhar colaborativamente com outros profissionais da educação para criar ambientes de aprendizagem que sejam acolhedores e adaptativos às necessidades de todos os estudantes.

Embora a transição para abordagens integrais e sistêmicas ofereça novas oportunidades para intervenções mais efetivas no Serviço Social educacional, ela também apresenta desafios. Os assistentes sociais devem navegar em sistemas educacionais que muitas vezes são moldados por políticas neoliberais e neoconservadoras, que podem limitar o acesso a recursos e restringir a implementação de práticas inclusivas e equitativas. Além disso, a necessidade de competências interdisciplinares e a capacidade de trabalhar efetivamente em contextos complexos e muitas vezes burocráticos são desafios significativos para os profissionais da área.

As mudanças paradigmáticas no Serviço Social, influenciadas por teorias críticas e uma ênfase renovada na justiça social e nos direitos humanos, transformaram a prática profissional no contexto educacional. Essa evolução destaca a necessidade de abordagens que transcendam o suporte individual e busquem transformar as estruturas e práticas educacionais para promover a inclusão e a equidade. Apesar dos desafios, as oportunidades para intervenções inovadoras e

impactantes no Serviço Social educacional são significativas, apontando para um futuro em que a educação possa ser verdadeiramente acessível e benéfica para todos.

O início do século XXI trouxe novos desafios para o Serviço Social na educação, marcados pelo avanço do neoconservadorismo e pelas políticas de austeridade, que impactaram negativamente o financiamento e o apoio às políticas sociais e educacionais. O crescente papel do Estado na vida social representa um perigo já que os programas sociais asseguram a segurança econômica o que desestimula o avanço e inovação o que afeta o desenvolvimento do país e torna enfraquecido.

As estratégias interventivas desenvolvidas pelos assistentes sociais no contexto educacional refletem uma resposta multifacetada aos desafios impostos pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas contemporâneas. A atuação desses profissionais na comunidade escolar é guiada por um compromisso com a justiça social, a inclusão e a promoção de um ambiente educacional que atenda às necessidades de todos os estudantes.

A defesa das políticas educacionais inclusivas é uma das principais estratégias interventivas adotadas pelos assistentes sociais. Essa abordagem envolve a luta por sistemas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas origens, habilidades ou necessidades, tenham acesso a oportunidades educacionais equitativas.

Os assistentes sociais têm desempenhado um papel indispensável no desenvolvimento de programas de suporte integral que visam abordar as barreiras sociais ao aprendizado. Esses programas são projetados para oferecer suporte não apenas acadêmico, mas também emocional e social aos estudantes, reconhecendo que o bem-estar do aluno é fundamental para o sucesso educacional.

A colaboração interdisciplinar entre assistentes sociais e outros profissionais da educação é essencial para criar ambientes de aprendizagem acolhedores e inclusivos. Essa estratégia envolve o trabalho conjunto com professores, psicólogos, orientadores educacionais e outros membros da comunidade escolar para desenvolver e implementar práticas pedagógicas que atendam às diversas necessidades dos estudantes.

Olhando para o futuro, é evidente que as estratégias interventivas no serviço social educacional continuarão a evoluir em resposta às mudanças nas necessidades sociais e aos desafios emergentes no contexto educacional. A crescente complexidade das desigualdades econômicas, diversidade cultural e questões de saúde mental, exigirá que os assistentes sociais sejam inovadores em suas abordagens e estratégias. A adoção de tecnologias educacionais, a

ampliação do acesso à educação digital e a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a inclusão serão aspectos cruciais para o futuro do serviço social na educação.

As estratégias interventivas adotadas pelos assistentes sociais no contexto educacional são fundamentais para promover uma educação inclusiva e equitativa. Através da luta por políticas educacionais inclusivas, do desenvolvimento de programas de suporte integral e da colaboração com outros profissionais, os assistentes sociais desempenham um papel vital na superação das barreiras sociais ao aprendizado. À medida que o campo do serviço social educacional avança, a inovação contínua nessas estratégias será essencial para atender às necessidades emergentes dos estudantes e da comunidade escolar.

A revisão histórica da evolução do Serviço Social no contexto educacional destaca uma trajetória de expansão, profissionalização e mudança paradigmática. Diante dos desafios contemporâneos, os assistentes sociais continuam a desempenhar um papel crucial na promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e equitativa, adaptando suas estratégias às necessidades e contextos em constante mudança. O futuro do Serviço Social na educação dependerá da capacidade desses profissionais de inovar, colaborar e lutar por mudanças sociais e educacionais positivas, bem como das condições objetivas e subjetivas.

A evolução das responsabilidades e funções do assistente social na educação reflete as transformações sociais, políticas e educacionais ao longo do tempo. Desde as primeiras intervenções focadas em questões de assistência e bem-estar, até abordagens contemporâneas que enfatizam a inclusão, a justiça social e a transformação das estruturas educacionais, o papel do assistente social na educação tem se expandido e se aprofundado significativamente. Pensamento que reflete essa evolução, trazido por Iamamoto (2019) e Manima (2015).

No início do século XX, o Serviço Social na educação estava predominantemente focado em questões no assistencialismo, muitas vezes em resposta a problemas individuais ou familiares que afetavam o desempenho escolar. Essa abordagem inicial refletia a visão mais ampla do Serviço Social da época, que era fortemente influenciada por um modelo assistencialista (Iamamoto, 2019). A autora destaca que, embora essa abordagem tenha sido fundamental para atender às necessidades imediatas dos estudantes, ela muitas vezes não abordava as causas estruturais das questões sociais.

Com o passar das décadas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, houve uma significativa expansão nas responsabilidades e funções do assistente social na educação. Essa expansão foi impulsionada por uma crescente conscientização sobre a

complexidade das barreiras sociais ao aprendizado e a necessidade de uma abordagem integrada.

A transição para o século XXI marcou uma nova fase na evolução do Serviço Social na educação, caracterizada por uma ênfase ainda maior na justiça social, nos direitos humanos e na transformação das estruturas educacionais. Iamamoto (2019) argumenta que os assistentes sociais passaram a adotar uma perspectiva crítica em relação às políticas educacionais e às práticas institucionais, buscando promover a inclusão e a equidade dentro do sistema educacional. Essa abordagem mais crítica e transformadora reflete uma compreensão mais profunda das interseções entre educação, desigualdades sociais e justiça social.

A mercantilização da educação e as políticas de austeridade representam desafios significativos para o Serviço Social, exigindo estratégias interventivas inovadoras e um empenho contínuo por uma educação que seja acessível e benéfica para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição social Iamamoto, (2019); Manima, (2015).

A evolução das responsabilidades e funções do assistente social na educação reflete uma trajetória de crescente complexidade e profundidade. Desde as intervenções focadas em assistência e bem-estar até abordagens contemporâneas que enfatizam a transformação social e educacional, os assistentes sociais continuam a desempenhar um papel vital na promoção de uma educação inclusiva e justa. À medida que o campo enfrenta novos desafios, a capacidade dos assistentes sociais de adaptar e desenvolver estratégias interventivas inovadoras será crucial para garantir que a educação continue a ser um direito acessível a todos.

O fortalecimento da educação pública como um espaço de resistência e transformação social é uma estratégia fundamental para contrapor as influências neoconservadoras. Isso envolve a criação de espaços dentro das escolas onde estudantes, professores e a comunidade possam se desenvolver diálogos críticos sobre os mais variados aspectos sociais, políticos e econômicos, fomentando uma consciência crítica e a capacidade de agir coletivamente por mudanças sociais positivas.

Uma das principais estratégias interventivas envolve a defesa ativa de políticas públicas que assegurem o financiamento adequado para a educação pública A promoção de políticas que valorizem a educação como um direito fundamental é crucial para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica.

Outra estratégia essencial é a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e democráticas nas escolas. Isso implica em trabalhar junto aos educadores para desenvolver e

repensar as metodologias de ensino que reconheçam e valorizem a diversidade, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo educacional. As práticas pedagógicas devem ser desenhadas para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, promovendo um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e adaptativo.

A integração de serviços de suporte e saúde mental nas escolas, conforme discutido por Bisneto (2022), é outra estratégia interventiva crucial. Os assistentes sociais podem desempenhar um papel fundamental na implementação de programas que abordem as questões de saúde mental dos estudantes, oferecendo suporte e recursos necessários para seu bem-estar emocional e psicológico. Isso é particularmente importante em um contexto onde as pressões sociais e acadêmicas sobre os estudantes estão aumentando.

A capacitação e formação continuada dos profissionais de Serviço Social, como destacado por Iamamoto (2019), é essencial para equipar os assistentes sociais com as habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios contemporâneos na educação. Isso inclui a formação em abordagens interventivas inovadoras, práticas de proteção aos direitos e mobilização comunitária, bem como o desenvolvimento de competências em trabalho interdisciplinar e colaborativo.

Diante dos desafios impostos pelas tendências neoconservadoras na educação, torna-se imperativo que os assistentes sociais, em colaboração com educadores, formuladores de políticas e a comunidade, desenvolvam e implementem estratégias interventivas que promovam uma educação pública de qualidade, inclusiva e democrática. Essas estratégias devem visar não apenas a resistência às tendências adversas, mas também a transformação da educação em um espaço de empoderamento e mudança social positiva.

Confrontar essas tendências exige um compromisso renovado com os valores de justiça social, equidade e democracia, fundamentais para o Serviço Social e para a educação como um todo. Consideramos, assim que o trabalho do assistente social deve se concretizar para desenvolver as habilidades e autonomia das crianças, jovens e da comunidade escolar como um todo e na valorização dos indivíduos e oportunizar o acesso a políticas e programas sociais.

Os desafios citados acima foram evidenciados na pandemia por Covid-19 e de agravadas por este contexto em algumas parcelas da população em números significativos. Muitos estudantes viviam sem condições de realizar o isolamento em seus lares e muito menos dispunham dos meios necessários para realizar a higienização, sem acesso a água e a

saneamento básico o que acarretou no enfrentamento de uma crise e um afastamento e agravamento nas políticas públicas.

Neste cenário muitos lares eram chefiados por mulheres que precisavam trabalhar, mas que naquele momento era praticamente impossível e que está residindo numa casa com grande número de pessoas, em áreas extremamente vulneráveis, sem acesso a recursos tecnológicos e internet, com pouca formação ou até mesmo nenhuma tentavam auxiliar seus filhos, tentando uma participação ativa na vida escolar de seus filhos, enfrentando o desemprego caíram na informalidade, passando muitas vezes fome e até mesmo a violência doméstica.

Após este período de isolamento social, enfrentando as mais variadas desigualdades os alunos voltam às escolas com questões de ordem emocional e psicológicas muito latentes, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico e até mais estressados. O ambiente escolar não está preparado para lidar com mais esse fator é resultado das situações vivenciadas pelos alunos na sua vida pessoal, social e familiar o que prejudicou diretamente as relações e o convívio social surgindo nas salas de aula um aumento nos casos de bullying, falta de respeito com os colegas e dificuldades nas relações sociais.

Estes transtornos aparecem no ambiente escolar nos seguintes aspectos: excesso de sono (sonolência) ou a falta de sono (insônia), isolamento dos colegas com uma timidez excessiva e até mesmo introspecção, ansiedade durante as aulas e avaliações de modo atrapalhar a concentração do estudante, apresentando preocupação constante e muito nervosismo. Assim se em alguns casos os alunos podem apresentar dificuldades para respirar ou sensação de falta de ar, crises de choro, tremores e até mesmo taquicardia, suor excessivo, náuseas e a sensação de boca seca.

Assim o assistente social no ambiente escolar deverá trabalhar juntamente com a gestão escolar a promoção de relações positivas, incentivar a autoestima dos alunos, estimular o respeito e a diversidade explorando as diferentes realidades dos estudantes por meio de uma reflexões e debates como protagonistas do próprio aprendizado, ressaltando sempre a importância do respeito de um para com os outros e o tratamento pautado sempre na igualdade.

3. ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

3.1 ESPECIFICIDADES E DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A intervenção do Serviço Social no ambiente educacional é essencial por abordar as necessidades únicas que afetam estudantes, famílias e a comunidade escolar como um todo. Essas necessidades abrangem desde questões de inclusão e saúde mental até suporte socioeconômico, refletindo a complexidade dos desafios enfrentados no contexto educacional. É importante desmitificar também a visão "policialesca" que a maioria das pessoas tem do assistente social como aquele traz uma gama de "valores", que entra nos lares com intuito de ditar o que é certo ou errado.

É sabido que o assistente social no âmbito educacional conduz a sua prática em valores éticos na busca para compreender a realidade dos sujeitos assistindo-os para o alcance e efetividade dos seus direitos trabalhando o fortalecimento dos vínculos e redes de proteção que assegurem o desenvolvimento dos indivíduos na sua integralidade e totalidade.

Assim o Serviço Social no campo educacional poderá auxiliar nos seguintes aspectos: infrequência escolar dos alunos e risco de evasão escolar realizando o acompanhamento no sistema, orientar acerca da guarda, tutela, adoção e alimentos. Em situações referentes a vulnerabilidades socioeconômicas e o acesso à benefícios (socioassistenciais, pensão e até mesmo o seguro desemprego), alienação parental, trabalho infantil, drogas, pedofilia. As crianças e jovens podem estar expostos as mais variadas formas de violência (psicológica, sexual e física) ou vivenciando situações de abandono ou negligência.

Outras expressões da questão social que são enfrentadas no meio educacional dizem respeito aos crescentes problemas causados pelo bullying, ciberbullying, preconceitos, intolerância religiosa, perdas, luto, deficiência e inclusão. Prestar a comunidade escolar, assistência à saúde, realizar os encaminhamentos necessários para os alunos com dificuldade de aprendizagem em colaboração com a equipe pedagógica, acompanhamento em caso de indisciplina ou estereótipos que reverberam no ambiente escolar e por fim contribuir com orientações socioeducativas acerca da segurança e proteção integral de crianças e adolescentes.

A inclusão educacional é um dos principais desafios enfrentados pelas escolas, exigindo estratégias interventivas que garantam o acesso e a participação de todos os estudantes,

independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Baptista (2019) destaca a importância das políticas públicas na promoção da Educação Especial e na escolarização no Brasil, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam e valorizem a diversidade dos estudantes.

O assistente social inserido no campo educacional desenvolverá sua atuação para democratização da educação, expandindo acesso a população à escola pública, com a participação da comunidade escolar de maneira efetiva no nível de poder decisório da escola. Este caminho será construído com base no diálogo, realizando um resgate histórico da legislação e das mudanças institucionais. É necessário ter clareza do contexto educacional corrente para a materialização dos princípios e diretrizes do projeto ético-político no momento atual.

A saúde mental dos estudantes constitui uma área de intervenção crítica para o Serviço Social dentro do contexto educacional, exigindo uma abordagem multifacetada que aborde tanto as necessidades individuais quanto as coletivas dos estudantes. Bisneto (2022) destaca a importância de uma abordagem institucional integrada no Serviço Social para apoiar estudantes que enfrentam desafios psicológicos e emocionais, enfatizando a necessidade de programas de suporte à saúde mental que sejam acessíveis e efetivas (Bisneto, 2022).

A intervenção do Serviço Social na saúde mental dos estudantes não se limita apenas ao suporte direto, mas também envolve a colaboração com profissionais da educação, psicólogos e a comunidade para desenvolver estratégias abrangentes que promovam a saúde mental. Mota et al. (2022) discutem a formação e o trabalho profissional no Serviço Social e saúde, ressaltando a importância da capacitação contínua dos assistentes sociais para lidar com questões complexas de saúde mental dentro das escolas Mota (2022) et al. Essa capacitação é crucial para garantir que os assistentes sociais possam identificar sinais de alerta, fornece intervenções apropriadas e encaminhar estudantes para serviços especializados quando necessário.

Além disso, a intervenção do Serviço Social na saúde mental dos estudantes também envolve a proteção por políticas educacionais que reconheçam e abordem as necessidades de saúde mental como parte integrante do desenvolvimento educacional. Yazbek et al. (2019) discutem os desafios para o Serviço Social em tempos de avanços do conservadorismo, incluindo a necessidade de defender políticas que garantam o acesso a serviços de saúde mental e suporte dentro do ambiente escolar (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

A saúde mental dos estudantes é uma área prioritária para a intervenção do Serviço Social no contexto educacional, exigindo uma abordagem integrada e colaborativa. O desenvolvimento de programas de suporte à saúde mental, a capacitação contínua dos assistentes sociais e a defesa por políticas educacionais inclusivas são componentes essenciais para promover o bem-estar emocional dos estudantes e criar um ambiente educacional acolhedor e propício ao aprendizado.

O suporte socioeconômico no contexto educacional é uma dimensão crítica da intervenção do Serviço Social, visando assegurar que desafios como pobreza, instabilidade habitacional e insegurança alimentar não constituam barreiras ao acesso e aproveitamento educacional dos estudantes. A importância de abordar essas questões socioeconômicas é enfatizada por Cordovil et al. (2019), que discutem a intervenção do assistente social dentro da política de assistência estudantil, sublinhando a necessidade de prover suporte técnico e recursos que promovam a permanência e o sucesso educacional dos estudantes (Cordovil et al., 2019).

Fonseca (2018) complementa essa visão ao destacar a interconexão entre políticas sociais, desenvolvimento e cidadania, apontando para a necessidade de estratégias interventivas que enfrentem as desigualdades socioeconômicas dentro do ambiente educacional

O objetivo primordial é conceder respostas as demandas sociais, quer sejam elas individuais ou grupais. O assistente social ele atua como mediador, orientando e indicando ações envolvendo os diversos sujeitos existentes em sala de aula, o que abarca a realidade social da comunidade escolar. A intervenção do Serviço Social em questões socioeconômicas no ambiente educacional vai além do suporte direto aos estudantes. Envolve também a defesa por políticas educacionais e sociais que abordem as causas fundamentais da desigualdade e promovam a equidade educacional.

Além disso, a intervenção do Serviço Social no suporte socioeconômico aos estudantes envolve a colaboração com outros profissionais da educação e a comunidade para desenvolver e implementar programas que abordem as necessidades integrais dos estudantes. Como indicado por Semioni (2011), a atuação do assistente social no âmbito da educação básica envolve não apenas a identificação e o atendimento das necessidades individuais dos estudantes, mas também a promoção de mudanças nas práticas institucionais e políticas para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, tenham igualdade de oportunidades educacionais (Semeoni, 2011).

A ação de suporte socioeconômico no contexto educacional depende da capacidade do Serviço Social de adaptar suas estratégias às necessidades específicas da comunidade escolar e de trabalhar em parceria com os demais profissionais. É importante ressaltar que a educação básica apesar de ser um direito ainda não é garantida de forma satisfatória a todos cidadãos e que neste espaço operacional é marcado pela presença das expressões da questão social como: a pobreza, o desemprego, violência, discriminação de raça e/ou de gênero dentre outros.

O suporte socioeconômico é um componente essencial das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, abordando não apenas as necessidades imediatas dos estudantes, mas também lutando por mudanças sistêmicas que promovam a equidade e a inclusão educacional. Através de uma abordagem colaborativa e baseada em evidências, os assistentes sociais podem desempenhar um papel fundamental na superação das desigualdades socioeconômicas e na promoção do sucesso educacional para todos os estudantes.

A identificação e a intervenção nas necessidades únicas do ambiente educacional são essenciais para promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. O Serviço Social desempenha um papel crucial na abordagem de questões de inclusão, saúde mental e suporte socioeconômico, trabalhando em colaboração com profissionais da educação, estudantes e famílias. À medida que os desafios no ambiente educacional continuam a evoluir, a capacidade dos assistentes sociais de adaptar suas estratégias interventivas e promover mudanças positivas será fundamental para garantir o sucesso e o bem-estar de todos os estudantes.

A saúde mental dos estudantes constitui uma área de intervenção crítica para o Serviço Social dentro do contexto educacional, exigindo uma abordagem multifacetada que aborde tanto as necessidades individuais quanto as coletivas dos estudantes. É necessário destacar que a lei 13.395/2019 estabelece a presença do assistente social e do psicólogo nas escolas, podendo ele assistir às redes públicas de educação básica e em conjunto com os demais profissionais.

A lei 13.395/2019 incluiu em seu texto a presença de profissionais de serviço social e psicologia nas escolas, após aproximadamente dez anos de luta para sua devida aprovação. Assim para muitos desses profissionais o campo de atuação é novo, se faz necessário muito diálogo com todos os que compõem este espaço é recente, a formação continuada é imprescindível pois é fundamental conhecer bem as demandas do espaço escolar.

A referida lei 13.395/2019 traz em seu texto, os seguintes dispositivos:

> Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.
>
> § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.
>
> § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.
>
> Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.
>
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Após aprovação desta lei fica claro que a escola não necessita apenas de professores, pedagogos, gestores e demais profissionais da educação. O objetivo é assegurar e fornecer a comunidade escolar a educação integral e de qualidade, para isso ela necessita de uma equipe multidisciplinar e compartilhado que integre os vários profissionais como: nutricionistas, porteiros, assistentes sociais, merendeiras, gestores escolares dentre outros.

Logo é importante que haja articulação entre os diversos setores e profissionais dos variados núcleos para um melhor enfrentamento das demandas sociais posta, pois, os diferentes e múltiplos saberes de cada profissional dentro da sua área de competência ajudará no trabalho coletivo, visando para as possibilidades de resolução a questão.

Nas escolas os obstáculos enfrentados pelo professores e assistentes sociais são diferentes, todavia estas dificuldades se complementam nas ações voltadas para os alunos de maneira interdisciplinar. O assistente social operará de forma interventiva, para estreitar laços entre a comunidade e a escola desenvolvendo ações que possam contribuir para a inclusão social, emancipação dos alunos e incentivo à cidadania.

A intervenção do Serviço Social na saúde mental dos estudantes não se limita apenas ao suporte direto, mas também envolve a colaboração com profissionais da educação, psicólogos e a comunidade para desenvolver estratégias abrangentes que promovam a saúde mental. A capacitação é indispensável para garantir que os assistentes sociais possam identificar sinais de alerta, fornecer intervenções apropriadas e encaminhar estudantes para serviços especializados quando necessário.

Além disso, a intervenção do Serviço Social na saúde mental dos estudantes também envolve a luta por políticas educacionais que reconheçam e abordem as necessidades de saúde mental como parte integrante do desenvolvimento educacional. Yazbek et al. (2019) discutem os desafios para o Serviço Social em tempos de avanços do conservadorismo, incluindo a necessidade de defender políticas que garantam o acesso a serviços de saúde mental e suporte dentro do ambiente escolar (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

A colaboração interdisciplinar entre o Serviço Social e outros profissionais da educação, como destacado por Ribeiro (2018), é fundamental para o desenvolvimento e implementação de programas adequados de suporte à saúde mental no ambiente escolar. Esta abordagem colaborativa assegura uma compreensão integral das necessidades dos estudantes, abordando tanto questões acadêmicas quanto socioemocionais, e promove um suporte abrangente que é primordial o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes.

Ribeiro (2018) ilustra a importância dessa colaboração interprofissional através de sua experiência na inserção do serviço social na educação em Iguaba Grande - RJ, onde a integração de serviços e a colaboração entre assistentes sociais, educadores, psicólogos e outros profissionais da saúde resultaram em intervenções mais efetivas, que consideram as diversas facetas das necessidades dos estudantes (Ribeiro, 2018). Esta abordagem integrada é essencial para criar um ambiente educacional que suporte o bem-estar e o desenvolvimento total dos estudantes.

Além disso, Bisneto (2022) ressalta a relevância do Serviço Social na saúde mental, argumentando que uma abordagem institucional integrada é necessária para apoiar efetivamente estudantes que enfrentam desafios psicológicos e emocionais (BISNETO, 2022). A intervenção do Serviço Social pode incluir o desenvolvimento de programas de suporte à saúde mental, a facilitação do acesso a serviços de aconselhamento e a promoção de uma cultura escolar que priorize o bem-estar emocional dos estudantes.

Diante disto, a atuação do assistente social é a intervenção, ela ocorre por meio das visitas domiciliares, diálogo, de palestras entre outras técnicas operativas que auxiliam na análise da realidade social dos estudantes e de sua família aproximando a relação e entre a comunidade, escola e a família. O assistente social utiliza a sua ação articulatória para intervir na realidade posta, junto dos demais profissionais. Por isso afirma Yazbek et al (2019) A colaboração interdisciplinar no Serviço Social dentro do contexto educacional também envolve a defesa por políticas e recursos que suportem programas de saúde mental.

É inegável os desafios enfrentados pelo Serviço Social em tempos de avanços do conservadorismo, destacando a necessidade de defender políticas que promovam o acesso a serviços de saúde mental e suporte dentro do ambiente escolar (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019). A colaboração entre assistentes sociais e outros profissionais pode fortalecer esses esforços de luta, garantindo que as escolas tenham os recursos necessários para atender às necessidades de saúde mental dos estudantes.

Além disso, a colaboração interdisciplinar facilita a implementação de programas de suporte à saúde mental que são adaptados às necessidades específicas da comunidade escolar. Bisneto (2022) ressalta a relevância do Serviço Social na saúde mental, argumentando que uma abordagem institucional integrada é necessária para apoiar efetivamente estudantes que enfrentam desafios psicológicos e emocionais (Bisneto, 2022). A colaboração entre assistentes sociais e outros profissionais permite a criação de programas que não apenas abordam os sintomas, mas também as causas subjacentes das questões de saúde mental, como problemas familiares, bullying e estresse acadêmico.

A implementação de práticas baseadas em evidências é outro aspecto essencial da colaboração interdisciplinar. A pesquisa e a prática informada por evidências, como discutido por Iamamoto (2019), fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de intervenções efetivas no campo do Serviço Social (Iamamoto, 2019). A colaboração com acadêmicos e pesquisadores pode enriquecer as práticas do Serviço Social na educação, garantindo que as intervenções sejam baseadas nas melhores evidências disponíveis.

Por fim, a colaboração interdisciplinar no Serviço Social dentro do contexto educacional também envolve a por políticas e recursos que suportem programas de saúde mental. Yazbek et al. (2019) discutem os desafios enfrentados pelo Serviço Social em tempos de avanços do conservadorismo, destacando a necessidade de defender políticas que promovam o acesso a serviços de saúde mental e suporte dentro do ambiente escolar (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

A saúde mental dos estudantes é uma área prioritária para a intervenção do Serviço Social no contexto educacional, exigindo uma abordagem integrada e colaborativa. O desenvolvimento de programas de suporte à saúde mental, a capacitação contínua dos assistentes sociais e a luta por políticas educacionais inclusivas são componentes essenciais para promover o bem-estar emocional dos estudantes e criar um ambiente educacional acolhedor e propício ao aprendizado.

3.2 Estratégias Interventivas à Luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social

A inserção do Serviço Social na comunidade escolar, orientada pelo seu projeto ético-político, reflete um compromisso profundo com a promoção da justiça social, equidade e direitos humanos. Este compromisso se manifesta na prática profissional dos assistentes sociais através de intervenções que visam não apenas atender às necessidades imediatas dos estudantes, mas também desafiar e transformar as estruturas sociais e educacionais que sustentam as desigualdades. A prática do Serviço Social no contexto educacional é, portanto, uma prática comprometida com a mudança social, que busca a emancipação dos indivíduos e grupos marginalizados e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme Almeida (2020) destaca, o impacto do neoconservadorismo nas políticas sociais, incluindo a educação, apresenta desafios significativos para o Serviço Social, exigindo uma postura crítica e ativa na análise e contestação das políticas educacionais que reforçam as desigualdades sociais. A prática do Serviço Social, nesse sentido, deve ser orientada por uma análise crítica das relações de poder e pela defesa intransigente dos direitos sociais e da justiça social, promovendo uma educação que contribua para a emancipação social e a cidadania plena (Almeida, 2020).

Iamamoto (2019) reforça a importância da formação acadêmico-profissional em Serviço Social estar alinhada com o projeto ético-político da profissão, preparando os assistentes sociais para atuarem de forma crítica e propositiva no contexto educacional. Isso implica em uma compreensão ampla das questões sociais que afetam a educação e na capacidade de desenvolver e implementar estratégias interventivas que promovam a inclusão e a equidade (Iamamoto, 2019).

A colaboração interdisciplinar, como apontada por Ribeiro (2018) na sua experiência de inserção do serviço social na educação em Iguaba Grande - RJ, é fundamental para o sucesso das intervenções do Serviço Social na comunidade escolar. A atuação conjunta com educadores, pais e a comunidade permite criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, que reconheça e valorize a diversidade cultural e social dos estudantes e que implemente programas que superem as barreiras ao acesso e à participação na educação (Ribeiro, 2018).

Portanto, a prática do Serviço Social na comunidade escolar, guiada pelo seu projeto ético-político, é uma prática comprometida com as demandas dos usuários da política de educação, os estudantes e suas famílias visto que não busca apenas responder às necessidades

imediatas dos estudantes, mas também contribuir para a construção de estruturas educacionais mais justas e inclusivas, que promovam a igualdade de oportunidades para todos.

A atuação do Serviço Social na comunidade escolar, guiada pelo projeto ético-político da profissão, enfatiza a importância de uma abordagem que transcenda a assistência individual e se direcione para a transformação das estruturas sociais e educacionais. Iamamoto (2019) ressalta que o compromisso do Serviço Social com a liberdade e a justiça social se reflete na prática profissional através da defesa intransigente dos direitos sociais, da democratização das relações sociais e da participação efetiva na formulação e implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a inclusão (Iamamoto, 2019).

Neste contexto, a educação emerge como um campo fértil para a ação profissional norteadas pelos princípios do Código de Ética profissional desempenhando um papel crucial na garantia de que todos os estudantes, especialmente aqueles de comunidades marginalizadas ou em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Isso envolve não apenas a intervenção direta em casos individuais, mas também o trabalho colaborativo com outros profissionais da educação para desenvolver e implementar programas que abordem as barreiras sistêmicas ao acesso e à participação na educação.

Além disso, conforme discutido por Yazbek, Degenzajn e Paz (2019), os desafios contemporâneos, incluindo o avanço do conservadorismo e as políticas neoliberais, exigem que os assistentes sociais estejam ainda mais comprometidos com a defesa dos direitos sociais e com a luta por uma educação que contribua para a emancipação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Yazbek, Degenszajn, Paz, 2019). Isso implica em uma prática profissional que esteja alinhada com os valores de justiça social, equidade e direitos humanos, e que seja capaz de responder de forma crítica e propositiva aos desafios impostos pelo contexto atual.

Yazbek, Degenzajn e Paz (2019) destacam a importância da resistência e da luta contra as tendências conservadoras que ameaçam os direitos sociais e a justiça social. Eles argumentam que o Serviço Social deve se engajar ativamente na defesa de uma educação pública de qualidade como um direito humano fundamental, contrapondo-se às políticas que promovem a mercantilização e a privatização da educação (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

A integração do Serviço Social na comunidade escolar representa uma abordagem multifacetada para enfrentar os desafios complexos que permeiam o ambiente educacional. Ribeiro (2018) ilustra essa integração através de uma experiência prática no município de Iguaba Grande - RJ, onde a atuação do assistente social transcendeu a assistência individual

para abranger ações colaborativas com educadores, pais e a comunidade. Essa abordagem colaborativa é essencial para criar um ambiente educacional que seja verdadeiramente inclusivo e acolhedor, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e social dos estudantes (Ribeiro, 2018).

Além disso, a prática do Serviço Social na educação, conforme discutida por Iamamoto (2019), enfatiza a necessidade de promover práticas pedagógicas que não apenas atendam às necessidades individuais dos estudantes, mas que também desafiem as estruturas e práticas que perpetuam desigualdades. Isso inclui a implementação de programas que abordem as barreiras ao acesso e à participação na educação, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver (Iamamoto, 2019).

A colaboração entre assistentes sociais e outros profissionais da educação é fundamental para o desenvolvimento e implementação de estratégias interventivas eficazes. Essas estratégias devem ser informadas por uma compreensão crítica das políticas educacionais e sociais, bem como por um compromisso com os valores de justiça social, equidade e direitos humanos. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social orienta a prática profissional no contexto educacional, promovendo uma abordagem que busca não apenas resolver problemas imediatos, mas também contribuir para a transformação social.

A influência do neoconservadorismo nas políticas sociais e educacionais tem sido um tema de crescente preocupação entre acadêmicos e profissionais do Serviço Social. Almeida (2020) destaca que o avanço do neoconservadorismo representa um desafio significativo para as políticas sociais, incluindo a educação, ao promover uma agenda que enfatiza a responsabilidade individual em detrimento do suporte social e da equidade (Almeida, 2020). Este cenário exige uma resposta crítica por parte do Serviço Social, que deve se engajar na análise e contestação das políticas educacionais que não alinham com os princípios de justiça social e emancipação.

Neste contexto, a prática do Serviço Social na comunidade escolar é chamada a adotar uma postura crítica e interventiva, buscando estratégias que promovam uma educação inclusiva e emancipatória. Baptista (2019) reforça essa perspectiva ao discutir a importância das políticas públicas de Educação Especial no Brasil, apontando para a necessidade de políticas que reconheçam e atendam às necessidades diversas dos estudantes, garantindo seu direito à educação e à participação plena na sociedade (Baptista, 2019).

A atuação do Serviço Social, portanto, deve transcender a assistência imediata, engajando-se na luta por políticas educacionais que sejam verdadeiramente inclusivas e que

contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso implica em trabalhar em conjunto com outros profissionais da educação, famílias e comunidades para desenvolver e implementar programas que não apenas atendam às necessidades individuais dos estudantes, mas que também desafiem as estruturas e práticas que perpetuam desigualdades.

Portanto, o projeto ético-político do Serviço Social desempenha um papel essencial na orientação da prática profissional no contexto educacional, impulsionando os assistentes sociais a trabalharem não apenas para atender às necessidades individuais dos estudantes, mas também para desafiar e transformar as estruturas que sustentam as desigualdades educacionais e sociais.

A prática do Serviço Social na comunidade escolar, orientada pelo seu projeto ético-político, enfatiza a importância de estratégias interventivas que promovam justiça social, equidade e direitos humanos. Essas estratégias são fundamentais para enfrentar as complexidades das políticas sociais influenciadas pelo neoconservadorismo, como discutido por Almeida (2020), e para garantir uma educação inclusiva e equitativa, conforme destacado por Baptista (2019).

Ambos os textos explorados acima são exemplos de estratégias interventivas que alinham a prática do Serviço Social com seus princípios éticos e políticos, incluindo abordagens colaborativas, programas de inclusão e iniciativas de empoderamento estudantil. Assim como, os acontecimentos dentro e fora da escola estão conectados e são indissociáveis, não havendo como separar uma da outra. O assistente social atuará como mediador entre as demandas da escola e a sociedade sabendo que uma realidade afeta a outra, na luta pela permanência dos estudantes e por ampliação dos espaços para o acesso à educação.

A partir das orientações para regulamentação da lei N°13.395, de 2019 sobre a prestação de Serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, a atuação visa garantir que que a política educacional se efetiva de acordo com o Projeto Ético-político do Serviço Social e da psicologia na defesa de uma educação de qualidade, gratuita, laica, presencial e inclusiva.

A atuação conjunta do assistente social com outros profissionais da educação, dentro do âmbito das políticas de assistência social estudantil pode gerar um impacto significativo na vida dos discentes, visto que, os profissionais operarão no cerne da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado. O trabalho da equipe multiprofissional objetiva o acolhimento integral da equipe técnica e dos discentes no que tange o processo de ensino-aprendizagem e os fatores que envolvem a complexidade com ação numa perspectiva totalizante.

Esta abordagem colaborativa não se limita apenas à interação entre profissionais da educação, mas se estende aos pais, aos próprios estudantes e à comunidade em geral, criando uma rede de suporte que abrange diversas dimensões da experiência educacional. A integração de diferentes perspectivas e competências possibilita o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes e efetivas, que consideram os aspectos acadêmicos, sociais e emocionais da vida estudantil.

A atribuição do assistente social na rede pública de educação básica suscita:

> 1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
> 2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
> 3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
> 4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
> 5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
> 6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
> 7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
> 8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
> 9. Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões:
> 10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
> 11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
> 12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
> 13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CFP; CFESS, 2020 p. 31-2).

Além disso, a colaboração interdisciplinar promove a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais, enriquecendo as práticas pedagógicas e de suporte ao estudante. Essa troca é fundamental para a construção de um ambiente educacional que respeite as diferenças individuais e promova o desenvolvimento integral dos estudantes.

A implementação de programas que resultam dessa colaboração pode incluir iniciativas de suporte psicossocial, projetos de inclusão para estudantes com necessidades especiais, programas de mentoria e liderança estudantil, entre outros. Esses programas visam não apenas o sucesso acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios dentro e fora do ambiente escolar.

Portanto, as abordagens colaborativas destacadas por Cordovil et al. (2019) reforçam o papel central do Serviço Social na promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, equitativa e capaz de atender às diversas necessidades dos estudantes. Ao fomentar a colaboração entre diferentes atores do cenário educacional, o Serviço Social contribui para a criação de comunidades escolares mais resilientes, coesas e preparadas para enfrentar os desafios contemporâneos da educação.

Os programas de inclusão representam um pilar central nas estratégias interventivas do Serviço Social dentro da comunidade escolar, visando assegurar a igualdade de acesso e participação de todos os estudantes no processo educacional. Essa abordagem inclusiva é crucial para construir um ambiente educacional que reconheça e valorize a diversidade, promovendo uma educação equitativa que atenda às necessidades de cada estudante, independentemente de suas particularidades individuais.

Iamamoto (2019) enfatiza a importância do compromisso do Serviço Social com a transformação das estruturas educacionais, tornando-as mais inclusivas e justas. Este compromisso se traduz na promoção de políticas e práticas educacionais que garantam a inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados ou excluídos do sistema educacional devido a barreiras socioeconômicas, físicas, psicológicas ou culturais.

Além disso, a implementação de programas de apoio a estudantes com necessidades especiais é uma área de atuação fundamental para o Serviço Social, assegurando que esses estudantes recebam os recursos e o suporte necessários para participar plenamente do processo educativo. Isso pode incluir adaptações curriculares, suporte pedagógico especializado e a promoção de um ambiente escolar acessível e acolhedor.

Iniciativas que promovem a diversidade cultural e social dentro do ambiente escolar também são essenciais. Tais iniciativas contribuem para a construção de uma comunidade escolar que respeita e celebra as diferenças, fomentando um sentido de pertencimento e valorização entre todos os estudantes. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência

educacional, mas também prepara os estudantes para viverem em uma sociedade diversificada e globalizada.

Portanto, os programas de inclusão, apoiados pelas práticas do Serviço Social, são indispensáveis para a criação de um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e equitativo. Ao promover a inclusão e a diversidade, o Serviço Social reafirma seu compromisso com os princípios de justiça social, equidade e direitos humanos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes na sociedade.

As iniciativas de empoderamento estudantil representam uma dimensão fundamental das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, refletindo o compromisso da profissão com a promoção da autonomia, da participação ativa e do desenvolvimento integral dos estudantes. Essas iniciativas são projetadas para não apenas responder às necessidades imediatas dos estudantes, mas também para capacitá-los a se tornarem agentes ativos em sua própria educação e na comunidade mais ampla.

Neste contexto, o Serviço Social desempenha um papel crucial ao facilitar programas e atividades que promovem o empoderamento estudantil, alinhando-se com os princípios éticos e políticos da profissão que enfatizam a justiça social, a equidade e os direitos humanos.

Ribeiro (2018) destaca a importância da inserção do Serviço Social na educação, ilustrando como as intervenções podem promover o empoderamento dos estudantes através da participação na formulação de políticas escolares e iniciativas de liderança estudantil. Essas ações permitem que os estudantes tenham uma voz ativa nas decisões que afetam seu ambiente educacional, contribuindo para uma cultura escolar mais inclusiva e democrática. Além disso, o desenvolvimento de habilidades sociais é enfatizado, preparando os estudantes para participar efetivamente de sua comunidade e da sociedade como um todo.

A implementação de programas que focam no empoderamento estudantil requer uma abordagem colaborativa, envolvendo assistentes sociais, educadores, pais e a comunidade. Essa colaboração interdisciplinar é essencial para criar um ambiente educacional que apoie o desenvolvimento total dos estudantes, reconhecendo e valorizando suas diversas necessidades, interesses e potenciais. Através dessas parcerias, o Serviço Social pode contribuir para a construção de estratégias educacionais que não apenas abordem questões acadêmicas, mas também promovam o bem-estar socioemocional e o desenvolvimento social dos estudantes.

Além disso, as iniciativas de empoderamento estudantil alinham-se com o projeto ético-político do Serviço Social, que se compromete com a defesa dos direitos sociais e a democratização das relações sociais. Ao promover a participação ativa dos estudantes e o

desenvolvimento de suas capacidades, o Serviço Social reafirma seu compromisso com a transformação social e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As iniciativas de empoderamento estudantil são componentes vitais das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, refletindo os valores fundamentais da profissão. Ao capacitar os estudantes a se tornarem participantes ativos em sua educação e comunidade, o Serviço Social contribui para a criação de ambientes educacionais que são inclusivos, justos e capazes de atender às diversas necessidades de todos os estudantes.

As estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, alinhadas com o projeto ético-político da profissão, são essenciais para promover uma educação que seja inclusiva, justa e capaz de contribuir para a transformação social. A colaboração interdisciplinar, os programas de inclusão e as iniciativas de empoderamento estudantil são exemplos de como os assistentes sociais podem aplicar seus princípios éticos e políticos na prática, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize sua diversidade e direitos.

4 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta revisão narrativa foi delineada para proporcionar uma compreensão abrangente das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, com foco na análise qualitativa dos dados obtidos através de uma extensa revisão bibliográfica.

4.1 NATUREZA DA ABORDAGEM

A pesquisa sobre "Estratégias Interventivas do Serviço Social na Comunidade Escolar" adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na necessidade de compreender em profundidade as nuances, significados e contextos das práticas de intervenção social no ambiente educacional. A escolha dessa abordagem está alinhada com a natureza complexa e multifacetada do Serviço Social, que demanda um olhar atento às experiências subjetivas, às relações interpessoais e às estruturas sociais que influenciam o contexto educacional (Denzin & Lincoln, 2011).

A metodologia qualitativa é particularmente apropriada para este estudo, pois permite explorar as percepções, atitudes e comportamentos dos profissionais de Serviço Social, educadores e membros da comunidade escolar, fornecendo clareza ao entendimento acerca das estratégias interventivas empregadas e seus impactos (Creswell, 2014). Além disso, essa abordagem facilita a análise de como as políticas educacionais, as condições socioeconômicas e os fatores culturais se entrelaçam para moldar as práticas de intervenção social nas escolas.

Conforme destacado por Iamamoto (2019), a abordagem qualitativa no Serviço Social enfatiza a importância de entender os contextos sociais e institucionais nos quais as intervenções ocorrem, bem como as perspectivas dos indivíduos e grupos envolvidos (Iamamoto, 2019). Isso é fundamental para desenvolver estratégias que sejam não apenas efetivas, mas também culturalmente sensíveis e socialmente justas.

Além disso, a abordagem qualitativa adotada neste estudo se baseou na análise de conteúdo de documentos, artigos, relatórios de pesquisa e estudos de caso relevantes para o tema. Essa análise permitiu identificar padrões, temas e categorias emergentes relacionadas às estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada das práticas existentes e de suas implicações para estudantes, educadores e comunidades (Bardin, 2016).

A utilização de uma abordagem qualitativa também se justifica pela ênfase na

reflexividade crítica, um princípio fundamental do Serviço Social, que incentiva a constante avaliação e reavaliação das práticas profissionais à luz dos valores éticos e dos compromissos políticos da profissão (Yazbek, 2018). Isso é particularmente pertinente no contexto educacional, onde as intervenções do Serviço Social devem alinhar-se aos princípios de equidade, inclusão e justiça social.

Portanto, a natureza qualitativa desta pesquisa reflete um compromisso com a compreensão aprofundada das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, reconhecendo a complexidade das questões sociais, educacionais e institucionais envolvidas. Ao adotar essa abordagem, o estudo busca contribuir para o desenvolvimento de práticas de intervenção social mais eficazes, responsivas e eticamente fundamentadas no ambiente escolar.

4.2 TIPO DE PESQUISA

A presente investigação sobre as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar é delineada como exploratória e descritiva. Este tipo de pesquisa é essencial quando o objetivo é aprofundar o conhecimento sobre um determinado fenômeno ou realidade pouco explorada, permitindo uma nova visão ou entendimento sobre o tema em questão. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de um problema específico, preparando o terreno para pesquisas futuras mais precisas ou elucidativas.

A natureza descritiva desta pesquisa, por sua vez, visa detalhar as características das estratégias interventivas do Serviço Social dentro do contexto escolar, proporcionando uma compreensão abrangente de suas metodologias, processos e impactos. Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a pesquisa descritiva trabalha com o universo de fatos, buscando sua descrição precisa e a identificação de seus componentes. Este enfoque é particularmente relevante para o campo do Serviço Social na educação, onde a compreensão detalhada das práticas e intervenções pode revelar insights valiosos para a melhoria e inovação das abordagens pedagógicas e sociais.

A combinação dessas abordagens metodológicas é particularmente pertinente para o estudo das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, dada a complexidade e a multidimensionalidade do tema. Como destacado por Yazbek (2018), o Serviço Social opera em um campo marcado por desafios sociais, políticos e educacionais intrincados, exigindo uma abordagem investigativa que não apenas mapeie o terreno existente,

mas também desvende as nuances e especificidades das práticas interventivas (Yazbek, 2018).

Ademais, a pesquisa exploratória e descritiva permite a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura existente, facilitando a formulação de hipóteses para estudos subsequentes. Nesse sentido, a revisão da literatura desempenha um papel crucial, fornecendo o alicerce teórico e empírico sobre o qual novas investigações podem ser construídas. Iamamoto (2019) ressalta a importância da fundamentação teórica sólida no Serviço Social, argumentando que uma compreensão aprofundada das teorias e modelos existentes é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e inovadoras.

Portanto, a escolha deste tipo de pesquisa reflete a necessidade de uma abordagem abrangente e multifacetada para explorar as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. Ao combinar métodos exploratórios e descritivos, este estudo busca não apenas mapear o campo de atuação do Serviço Social na educação, mas também fornecer uma descrição detalhada das práticas, desafios e oportunidades presentes nesse contexto. Dessa forma, contribui para a expansão do conhecimento na área e para o aprimoramento das intervenções sociais no ambiente educacional.

4.3 Meios Técnicos de Investigação

A investigação sobre as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar foi conduzida por meio de uma abrangente pesquisa bibliográfica, que constitui a espinha dorsal metodológica deste estudo. Este processo envolveu a busca sistemática, seleção criteriosa e análise profunda de uma vasta gama de fontes bibliográficas, incluindo, mas não se limitando a, artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais. O objetivo central dessa abordagem foi compilar e sintetizar conhecimentos existentes sobre o tema, permitindo uma compreensão integral das práticas, desafios e oportunidades do Serviço Social no ambiente educacional.

Conforme destacado por Iamamoto (2019), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a compreensão das bases teóricas e práticas que fundamentam a atuação do Serviço Social, especialmente em contextos educacionais marcados por complexidades e desafios específicos. Esta abordagem permite não apenas a revisão de literatura especializada, mas também a análise crítica das diversas perspectivas e abordagens adotadas por profissionais e pesquisadores na área (Iamamoto, 2019).

Além disso, a pesquisa bibliográfica facilitou a inclusão de estudos significativos como

os de Yazbek (2018), que discutem o papel do Serviço Social frente às políticas sociais e educacionais em tempos de degradação do trabalho humano sob o domínio do capital financeiro. A análise desses trabalhos é essencial para entender as dinâmicas sociais e políticas que influenciam as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar (Yazbek, 2018).

A seleção de fontes foi guiada por critérios rigorosos de relevância, qualidade e atualidade, assegurando que a pesquisa abrangesse tanto estudos clássicos quanto pesquisas contemporâneas que refletem as tendências atuais e emergentes na área. Este processo foi instrumental para incorporar perspectivas diversificadas e abrangentes, como as apresentadas por Bobbio (2007) sobre a estrutura do Estado, governo e sociedade, e como estas se relacionam com a educação e as políticas sociais (Bobbio, 2007).

A análise dos dados coletados foi realizada com base em pressupostos teóricos e metodológicos sólidos, permitindo a identificação de padrões, temas e lacunas na literatura existente. Esta etapa foi essencial para a construção de uma narrativa coesa que articula os principais achados da pesquisa com as questões de pesquisa delineadas inicialmente.

A pesquisa bibliográfica empregada neste estudo proporcionou uma base sólida para a investigação das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. Através da análise detalhada da literatura, foi possível não apenas mapear o estado da arte sobre o tema, mas também identificar áreas promissoras para futuras investigações. Este método, portanto, não apenas atende aos requisitos metodológicos rigorosos da pesquisa acadêmica, mas também contribui significativamente para o avanço do conhecimento no campo do Serviço Social aplicado à educação.

4.4 Universo da Pesquisa

O universo desta pesquisa abrange uma literatura especializada que se debruça sobre as práticas e estratégias interventivas do Serviço Social dentro do contexto educacional. Esta abordagem multidisciplinar engloba estudos provenientes de diversas geografias, refletindo a universalidade e a relevância do tema em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. A escolha por uma perspectiva ampla e inclusiva visa capturar a riqueza e a diversidade das intervenções do Serviço Social na comunidade escolar, permitindo uma análise compreensiva das práticas adotadas globalmente.

Dentro deste universo, estudos como os de Iamamoto (2019) e Yazbek (2018) são fundamentais, pois oferecem uma visão crítica das transformações históricas e dos desafios

contemporâneos enfrentados pelo Serviço Social na educação. Iamamoto (2019) discute a evolução do papel do assistente social dentro das instituições educacionais, destacando a importância de uma prática que esteja alinhada com os princípios éticos e políticos da profissão, enquanto Yazbek (2018) enfatiza a necessidade de uma atuação crítica e propositiva frente às políticas sociais e educacionais.

Além disso, a pesquisa se debruça sobre estudos de caso e análises institucionais, como os apresentados por Bisneto (2022) e Cordovil et al. (2019), que ilustram intervenções práticas do Serviço Social em ambientes educacionais específicos. Estes estudos fornecem suporte sobre as estratégias interventivas adaptadas às necessidades particulares de comunidades escolares, evidenciando a capacidade de inovação e adaptação do Serviço Social diante de desafios únicos.

A inclusão de pesquisas que abordam a interseção entre políticas sociais e educação, como as de Bobbio (2007) e Menicucci e Gomes (2018), permite uma análise crítica das estruturas e políticas que moldam o ambiente educacional. Estes trabalhos contribuem para a compreensão de como o Serviço Social pode atuar na promoção de uma educação mais justa e inclusiva, desafiando as desigualdades e promovendo a equidade.

O universo da pesquisa também contempla estudos focados em populações específicas dentro do contexto educacional, como os trabalhos de Baptista (2019) sobre educação especial e a inclusão de alunos com necessidades especiais. Tais estudos são essenciais para entender as abordagens diferenciadas e especializadas necessárias para atender a diversidade de necessidades dos estudantes.

Por fim, a pesquisa se estende a análises teóricas e reflexões sobre o projeto ético-político do Serviço Social, como discutido por Yazbek, Degenszajn e Paz (2019), que exploram os desafios impostos pelo avanço do conservadorismo nas políticas sociais e educacionais. Estas reflexões são cruciais para situar a prática do Serviço Social dentro de um contexto mais amplo de lutas sociais e políticas, reafirmando o compromisso da profissão com a justiça social e a transformação social.

Este universo de pesquisa, portanto, não apenas reflete a complexidade e a multidimensionalidade das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, mas também destaca a importância de uma abordagem crítica, reflexiva e fundamentada em sólidos princípios éticos e políticos. Através da análise desta vasta literatura, busca-se contribuir para o aprimoramento das práticas do Serviço Social na educação, visando a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo, equitativo e emancipatório.

4.5 Recorte da População Pesquisada

Não se aplica um recorte específico de população, dado o caráter teórico e bibliográfico da revisão narrativa. A seleção dos materiais baseou-se na relevância, atualidade e contribuição para o entendimento das estratégias interventivas do Serviço Social na educação.

4.6 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura disponível em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e periódicos especializados. Foram utilizadas uma ampla pesquisa e leitura de materiais com a combinações destas para filtrar os estudos mais pertinentes ao tema.

4.7 Análise dos Resultados

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, na qual os conteúdos dos documentos selecionados foram examinados para identificar temas comuns, padrões e divergências nas estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. Esta análise permitiu a síntese e interpretação dos principais achados em relação ao objetivo da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na revisão narrativa sobre "Estratégias Interventivas Do Serviço Social Na Comunidade Escolar" revelam uma série de práticas inovadoras e desafios enfrentados pelos profissionais de serviço social no contexto Educacional. A análise da literatura especializada permitiu identificar estratégias interventivas centradas na inclusão, no empoderamento estudantil a na colaboração interdisciplinar, alinhadas aos princípios éticos e políticos do serviço social.

5.1 Inclusão e Acesso à Educação

A inclusão educacional emerge como um pilar fundamental nas estratégias interventivas do Serviço Social dentro da comunidade escolar, conforme evidenciado pela literatura especializada. Baptista (2019) ressalta a importância de políticas públicas voltadas para a Educação Especial e a escolarização no Brasil, apontando para a necessidade de um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e capaz de atender às diversas necessidades dos estudantes.

É importante frisar que é imprescindível o acesso dos alunos com necessidades especiais nas escolas da rede pública da educação básica seja efetuado de maneira a ofertar plenas condições para os mesmos possam desenvolver suas competências e habilidades. Logo, Baptista (2019) argumenta que a inclusão não deve ser vista apenas como um ato de inserir estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino, mas sim como uma reestruturação do ambiente educacional para que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, possam aprender e se desenvolver plenamente.

Por sua vez, Iamamoto (2019) discute a formação acadêmico-profissional em Serviço Social e sua relação com a prática inclusiva no ambiente educacional. A autora enfatiza que o compromisso do Serviço Social com a justiça social e a equidade se reflete na busca por uma educação que reconheça e valorize as diferenças, promovendo o acesso e a participação de todos os estudantes. Iamamoto aponta para a necessidade de os assistentes sociais atuarem de forma crítica e reflexiva, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas e políticas educacionais que sejam inclusivas e democráticas (Iamamoto, 2019).

A literatura revisada também destaca a importância da colaboração entre os assistentes sociais e outros profissionais da educação, como professores, psicólogos e gestores, na

promoção de uma cultura de inclusão nas escolas. Chaves e Gehlen (2019) discutem como o Estado e as políticas sociais podem influenciar os direitos sociais no contexto educacional, sugerindo que uma abordagem colaborativa e interdisciplinar é essencial para enfrentar os desafios da inclusão. Os autores argumentam que a inclusão efetiva requer uma compreensão ampla das dinâmicas sociais, culturais e políticas que influenciam o ambiente educacional, e que o Serviço Social, com seu foco na questão social, tem muito a contribuir nesse sentido (Chaves; Gehlen, 2019).

Os resultados da revisão narrativa indicam que as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, particularmente no que diz respeito à inclusão e ao acesso à educação, estão alinhadas com os princípios de justiça social, equidade e direitos humanos que fundamentam a prática profissional. Essas estratégias são essenciais para garantir que a educação seja um direito acessível a todos, promovendo um ambiente educacional inclusivo, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todos os estudantes.

5.2 Empoderamento Estudantil

O empoderamento estudantil emerge como um pilar central nas estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, conforme evidenciado pela revisão narrativa da literatura. Ribeiro (2018) destaca a inserção do serviço social na educação como um meio de promover a autonomia e a participação ativa dos estudantes em suas comunidades escolares. A autora ilustra como programas específicos, desenvolvidos e implementados por assistentes sociais, podem encorajar os estudantes a se envolverem mais profundamente em questões que afetam sua vida escolar e comunitária, promovendo assim uma cultura de cidadania ativa e responsabilidade social (Ribeiro, 2018).

Semioni (2011), por sua vez, aborda os desafios e as competências necessárias para a atuação do assistente social no âmbito da educação básica, enfatizando a importância de estratégias que visem ao empoderamento dos estudantes. A autora argumenta que, através de uma abordagem participativa, os assistentes sociais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de habilidades de liderança e autoeficácia entre os estudantes, capacitando-os a tomar iniciativas e a se envolverem ativamente na resolução de problemas dentro de suas escolas e comunidade (Semeoni, 2011).

Além disso, a literatura sugere que o empoderamento estudantil não se limita apenas ao desenvolvimento de habilidades individuais, mas também envolve a transformação das estruturas educacionais para torná-las mais democráticas e inclusivas. Autores como Yazbek

(2018) discutem o papel do Serviço Social em tempos de degradação do trabalho humano e o avanço do conservadorismo, ressaltando a necessidade de estratégias interventivas que promovam não apenas a inclusão, mas também a participação ativa dos estudantes na construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Yazbek, 2018).

A discussão sobre o empoderamento estudantil, portanto, vai além da mera participação em atividades extracurriculares ou programas de liderança. Trata-se de uma abordagem integral que reconhece os estudantes como agentes de mudança capazes de contribuir significativamente para a transformação social. Isso implica em uma reavaliação das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e da cultura escolar, de modo a criar ambientes que não apenas reconheçam, mas também valorizem e promovam a voz e a agência dos estudantes.

Os resultados da revisão narrativa sublinham a importância do empoderamento estudantil como uma estratégia interventiva fundamental do Serviço Social na comunidade escolar. Esta abordagem não só contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, mas também promove uma cultura educacional que é verdadeiramente inclusiva, democrática e orientada para a justiça social.

5.3 Colaboração Interdisciplinar

A colaboração interdisciplinar emerge como um elemento crucial nas estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, conforme evidenciado pela revisão narrativa da literatura. Cordovil et al. (2019) discutem a intervenção do assistente social no âmbito da política de assistência estudantil, ressaltando a importância de uma abordagem colaborativa que envolva diversos profissionais da educação. Esta perspectiva colaborativa é essencial para garantir uma compreensão abrangente das necessidades dos estudantes e para promover intervenções mais efetivas que abordem tanto as questões acadêmicas quanto socioemocionais (Cordovil et al., 2019).

Menicucci e Gomes (2018) também enfatizam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na implementação de políticas sociais dentro do contexto educacional. Eles argumentam que a colaboração entre assistentes sociais, educadores, psicólogos e outros profissionais é fundamental para criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, que reconheça e atenda às diversas necessidades dos estudantes (Menicucci & Gomes, 2018).

Além disso, a literatura sugere que a colaboração interdisciplinar não se limita apenas à interação entre profissionais, mas também inclui a participação ativa dos estudantes, famílias e

comunidades. Esta abordagem colaborativa e participativa é essencial para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas que sejam verdadeiramente inclusivas e democráticas.

Em síntese, os resultados da revisão narrativa destacam a importância da colaboração interdisciplinar como uma estratégia interventiva fundamental do Serviço Social na comunidade escolar. Esta abordagem não só contribui para o desenvolvimento de intervenções mais efetivas e integrais, mas também promove uma cultura educacional que valoriza a inclusão, a diversidade e a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar.

5.4 DISCUSSÃO

A revisão narrativa realizada sobre as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar revela uma consonância significativa com o corpus teórico existente, sublinhando o papel indispensável do Serviço Social na facilitação de uma educação que seja ao mesmo tempo inclusiva, equitativa e emancipadora. Esta concordância teórica reafirma a importância de abordagens educacionais que transcendam o mero acesso à educação, enfatizando a qualidade, a inclusão e a capacitação dos estudantes como pilares fundamentais de um sistema educacional justo e democrático.

No entanto, a análise também destaca desafios persistentes que ameaçam o êxito dessas intervenções. Um dos principais obstáculos identificados é a escassez de recursos, tanto em termos de financiamento quanto de suporte humano, o que pode limitar a capacidade dos assistentes sociais de implementar programas abrangentes e sustentáveis. Esta limitação de recursos é frequentemente exacerbada por políticas públicas inadequadas ou insuficientes que falham em reconhecer e apoiar o papel crítico do Serviço Social dentro do contexto educacional.

Além disso, a resistência institucional às mudanças representa outro desafio significativo. Muitas instituições educacionais ainda operam dentro de paradigmas tradicionais que podem ser resistentes a abordagens mais inclusivas e colaborativas. Esta resistência pode originar-se de uma variedade de fatores, incluindo inércia institucional, falta de compreensão das vantagens de tais abordagens ou até mesmo ideologias contrárias aos princípios de equidade e inclusão.

A importância de políticas públicas robustas e exitosas também se destaca como um fator crítico para o sucesso das intervenções do Serviço Social na educação. Políticas bem formuladas e adequadamente financiadas são essenciais para criar um ambiente propício que

apoie práticas inclusivas e colaborativas. Tais políticas não apenas fornecem o quadro necessário para a implementação de programas adequados, mas também sinalizam um compromisso institucional e governamental com os princípios de justiça social e equidade educacional.

Enquanto a revisão narrativa reitera o valor inestimável do Serviço Social na promoção de uma educação mais inclusiva e empoderadora, também ressalta a necessidade de superar desafios significativos. Para avançar, é imperativo que haja um compromisso renovado com o financiamento adequado, a superação da resistência institucional e o desenvolvimento de políticas públicas que genuinamente apoiem e promovam as práticas inclusivas e colaborativas no campo da educação.

A análise dos resultados obtidos na revisão narrativa sobre as estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar indica um progresso notável na implementação de práticas que visam uma educação mais inclusiva e equitativa. No entanto, os achados também apontam para áreas que necessitam de aprimoramento contínuo e atenção. A discussão destaca dois aspectos principais: a necessidade da defesa por mudanças sistêmicas e o fortalecimento da colaboração interdisciplinar.

Defesa por Mudanças Sistêmicas:

- A promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível requer não apenas intervenções pontuais, mas também mudanças profundas nas estruturas e políticas educacionais. Os profissionais de Serviço Social, com seu compromisso com a justiça social e equidade, estão em uma posição única para liderar essa luta.
- A necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas é evidente. Tais políticas devem reconhecer e endereçar as diversas barreiras que impedem o acesso igualitário à educação, incluindo barreiras socioeconômicas, físicas, culturais e linguísticas.
- A defesa deve também se estender ao financiamento adequado para programas educacionais e de Serviço Social, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis para suportar intervenções adequadas e sustentáveis.

Fortalecimento da Colaboração Interdisciplinar:

- A colaboração interdisciplinar é fundamental para o sucesso das intervenções do Serviço Social na educação. A integração de conhecimentos e habilidades de diferentes disciplinas pode enriquecer as estratégias interventivas, tornando-as mais integrais e adaptadas às necessidades complexas dos estudantes.
- É essencial fortalecer o trabalho em conjunto entre assistentes sociais, educadores, psicólogos, profissionais de saúde e outros relevantes. Essas parcerias podem facilitar uma abordagem mais coordenada e efetiva para abordar os desafios enfrentados pelos estudantes.
- A colaboração interdisciplinar também deve se estender além do ambiente escolar, envolvendo famílias e comunidades na criação de um suporte abrangente para os estudantes. Isso pode incluir programas de envolvimento familiar, parcerias com organizações comunitárias e iniciativas de desenvolvimento comunitário.

A discussão dos resultados desta revisão narrativa sublinha a contribuição vital do Serviço Social na promoção de práticas educacionais inclusivas e equitativas. Através de estratégias interventivas focadas na inclusão, empoderamento estudantil e colaboração interdisciplinar, os assistentes sociais estão na vanguarda da transformação educacional. No entanto, os desafios identificados, como a necessidade de reformas sistêmicas e o fortalecimento da colaboração interdisciplinar, indicam que ainda há um longo caminho a percorrer.

Para que a educação se torne verdadeiramente acessível e emancipadora para todos os estudantes, é crucial que os profissionais de Serviço Social continuem a advogar por mudanças nas políticas e práticas educacionais. Isso inclui não apenas a implementação de programas e intervenções no nível escolar, mas também a influência nas políticas públicas para garantir que as estruturas educacionais sejam inclusivas e justas.

Além disso, a colaboração interdisciplinar deve ser vista como um pilar central das intervenções do Serviço Social na educação. A integração de conhecimentos e recursos de diferentes disciplinas e setores pode ampliar o impacto das intervenções, garantindo que as necessidades integrais dos estudantes sejam atendidas. Isso requer uma abordagem coordenada que envolva educadores, profissionais de saúde, famílias e a comunidade em geral.

Os resultados desta revisão narrativa reforçam o papel essencial do Serviço Social na construção de um sistema educacional mais inclusivo e justo. Para realizar essa visão, é necessário um compromisso contínuo com a defesa, a inovação nas práticas interventivas e uma colaboração interdisciplinar efetiva. Ao trabalhar em conjunto com outros profissionais o Serviço Social pode liderar o caminho para uma educação que empodera todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias individuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada focou nas estratégias interventivas do Serviço Social dentro do contexto escolar, buscando entender como essas ações ajudam a criar um ambiente educacional mais acolhedor, justo e que empodera os estudantes. O estudo explorou uma variedade de práticas e abordagens utilizadas pelos assistentes sociais, como programas voltados para a inclusão, o fortalecimento da autonomia dos alunos e a promoção da colaboração entre diferentes profissionais da educação. Essas estratégias foram destacadas como essenciais para mudar as práticas educacionais existentes.

Os esforços para incluir todos os alunos, garantindo que tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade, foram um ponto chave. A pesquisa mostrou a importância de criar políticas e práticas educacionais que removam barreiras à inclusão e promovam um ambiente acolhedor para todos. Isso envolve trabalhar em conjunto com educadores, famílias e a comunidade para garantir que o ambiente educacional seja inclusivo.

Outro aspecto importante foi o empoderamento dos estudantes, destacando a importância de desenvolver habilidades de liderança, autonomia e participação ativa na comunidade escolar e local. Essas abordagens não apenas contribuem para o bem-estar e desenvolvimento pessoal dos alunos, mas também promovem uma cultura de cidadania ativa e responsabilidade social.

A colaboração entre diferentes profissionais da educação também foi identificada como crucial para o sucesso das intervenções do Serviço Social. A pesquisa apontou para a necessidade de uma abordagem colaborativa que integre assistentes sociais, educadores, psicólogos e outros profissionais, garantindo uma abordagem total que atenda às diversas

necessidades dos estudantes. Essa colaboração é fundamental para desenvolver programas que abordem tanto as dimensões acadêmicas quanto socioemocionais da experiência educacional.

Os resultados da revisão corroboram a ideia de que o Serviço Social tem um papel vital na promoção de uma educação mais inclusiva e empoderadora. No entanto, também foram identificados desafios, como a necessidade de recursos adequados, resistência a mudanças e a importância de políticas públicas que suportem efetivamente práticas inclusivas e colaborativas. Conclui-se que, apesar dos progressos nas estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar, ainda há espaço para melhorias. É fundamental que os assistentes sociais continuem a lutar por mudanças sistêmicas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos os estudantes, além de fortalecer a colaboração interdisciplinar para garantir intervenções mais efetivas e abrangentes.

A investigação empreendida teve como foco as estratégias interventivas do Serviço Social no âmbito escolar, com o intuito de compreender como essas ações contribuem para a construção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo. O estudo abordou uma série de práticas e metodologias empregadas por profissionais do Serviço Social, englobando iniciativas de inclusão, fomento ao empoderamento dos estudantes e a promoção de uma colaboração interdisciplinar efetiva.

Através da análise detalhada da literatura pertinente e de exemplos concretos de intervenções, foi possível evidenciar a relevância dessas estratégias na transformação das práticas educacionais vigentes. As ações de inclusão foram destacadas como fundamentais para assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, capacidades ou origens culturais, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade. Este aspecto envolve a colaboração estreita com educadores, famílias e comunidades para eliminar barreiras à inclusão e promover um ambiente acolhedor para todos.

Além disso, a emancipação dos estudantes emergiu como um pilar central das intervenções do Serviço Social, com ênfase no desenvolvimento de habilidades de liderança, autonomia e participação ativa tanto no contexto escolar quanto na comunidade mais ampla. Essas abordagens não somente favorecem o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos alunos, mas também incentivam uma cultura de cidadania ativa e responsabilidade social.

A colaboração interdisciplinar entre assistentes sociais, educadores, psicólogos e outros profissionais da educação também foi identificada como um elemento indispensável para o sucesso das intervenções. A integração de diferentes perspectivas e competências é essencial

para desenvolver programas abrangentes que atendam às variadas necessidades dos estudantes, tanto no aspecto acadêmico quanto no socioemocional.

Os resultados obtidos corroboram com a literatura existente, reforçando a percepção de que o Serviço Social desempenha um papel vital na promoção de práticas educacionais mais inclusivas e justas. Contudo, o estudo também apontou para desafios significativos, como a necessidade de recursos adequados, resistência institucional às mudanças e a importância de políticas públicas que suportem efetivamente as práticas inclusivas e colaborativas.

A realização deste estudo permitiu uma análise aprofundada das estratégias interventivas do Serviço Social no contexto escolar, destacando a importância essencial dessas ações para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Foi evidenciado que a atuação do Serviço Social, por meio de diversas práticas e abordagens, é essencial para assegurar que todos os alunos, sem distinção, possam acessar e se beneficiar de um ensino de qualidade.

A investigação respondeu ao problema de pesquisa ao ilustrar como as intervenções do Serviço Social, desde programas de inclusão até iniciativas de empoderamento estudantil e colaboração interdisciplinar, contribuem significativamente para eliminar as barreiras que impedem a plena participação e o sucesso educacional de todos os estudantes. Foi constatado que essas estratégias não apenas atendem às necessidades imediatas dos alunos, mas também promovem mudanças estruturais nas práticas educacionais, tornando-as mais justas e acessíveis.

Através da revisão bibliográfica reforçam a ideia de que o Serviço Social tem um papel fundamental na transformação das escolas em espaços mais inclusivos, onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de aprender e crescer. Através da implementação de políticas e práticas educacionais inclusivas, o Serviço Social ajuda a garantir que as diferenças individuais sejam respeitadas e que cada estudante receba o suporte necessário para atingir seu potencial máximo.

Este estudo também destacou a importância da colaboração entre assistentes sociais, educadores, pais, estudantes e a comunidade em geral. Foi demonstrado que uma abordagem colaborativa e interdisciplinar é essencial para o desenvolvimento e a implementação eficaz de programas educacionais que atendam às diversas necessidades dos estudantes. A colaboração facilita a troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo as intervenções e promovendo uma compreensão mais ampla das questões enfrentadas pelos alunos.

Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, evidenciando a relevância das estratégias interventivas do Serviço Social na comunidade escolar. O estudo contribui para o

campo do Serviço Social e da educação ao fornecer o pensamento dos mais variados autores sobre como promover uma educação mais inclusiva e justa, destacando a necessidade de continuar da defesa por reformas educacionais que garantam igualdade de acesso e oportunidades para todos os estudantes.

Nesse sentido, observou-se que as estratégias interventivas do Serviço Social, especialmente aquelas focadas na inclusão e no empoderamento estudantil, são fundamentais para a construção de ambientes educacionais acolhedores e acessíveis. A colaboração interdisciplinar emergiu como um elemento chave para o sucesso dessas intervenções, reforçando a necessidade de uma abordagem total e integrada na educação.

Assim, conclui-se que este estudo contribui significativamente para a compreensão das práticas do Serviço Social na comunidade escolar, destacando a relevância dessas intervenções na promoção de uma educação inclusiva e emancipatória. As estratégias identificadas neste estudo podem servir como referência para profissionais da área e para a formulação de políticas educacionais mais efetivas.

Diante de tais considerações, recomenda-se para trabalhos futuros um maior aprofundamento sobre as dinâmicas de implementação e os desafios enfrentados nas intervenções do Serviço Social na educação. Seria particularmente valioso explorar como essas práticas podem ser adaptadas e otimizadas em diferentes contextos educacionais e culturais, contribuindo assim para uma educação verdadeiramente global e inclusiva.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Silva de**. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais.** Revista Katálysis, v. 23, p. 720-731, 2020.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2016.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil**. Educação e Pesquisa, v. 45, p. e217423, 2019.

BRASIL. Lei n 13.395, de 11 dezembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm . Acesso em 10 fev. de 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. Cortez Editora, 2022.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, N; MATTEUCCI ,N; PASQUINO,G. (Orgs). **Dicionário de política.** Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 2v.

BOAS, T; GANS-MORSE,J. **Neoliberalism: from new liberal philoshy to anti-liberal slogan**. Studies in comparative international Development, v.44, n.2, p.137-161,2009.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). ***Dicionário de política*** **Brasília:** Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial , 2000. v. 1. p. 242-246.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual.** Serviço Social & Sociedade, p. 290-307, 2019.

CRESWELL, Jonh W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei N 13.935,de**

2019/ Conselho Federal de psicologia e Conselho Federal de serviço social. – 1. Ed – Brasília, CFP, 2020.

CORDOVIL, Anderson Cleyton Borges et al. **A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA DIAIE/PROEX/UNIFESSPA: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS JUNTO AOS DISCENTES USUÁRIOS DO PROGRAMA PERMANÊNCIA.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.

DA SILVA SANTOS, Angela Kaline; DE MELO, Kellen Lachietti Vieira; DE ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. **Tendências da Pesquisa em Serviço Social nos Anos de 1980**. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2020.

DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative Research**. Thousand Oaks: sage, 2011.

FONSECA, Ana**. Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. 2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARGREAVES, A.; SHIRLEY, D. **The global fourth way: The quest for educational excellence.** Corwin Press. 2012.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e Política (públicas) sociais.** Cadernos CEDES, Campinas, ano 21, n. 55, nov./ 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos** – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 26. ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina.** Serviço Social & Sociedade, n. 134, p. 13-33, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983

LAKATOS, Eva maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica** – 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHER, R. **Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais.** Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 9–29, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.43851. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851. Acesso em: 5 jan. 2024.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e190901, 2019

MANIMA, Joyce Souza dos Santos. **O serviço social na educação: A inserção dos assistentes sociais em escolas públicas do município do Rio de Janeiro.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Cortez Editora, 2022.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-político Contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ ABEPSS/ CFESS, 1999.

SEMEONI, Franciane. **A atuação do assistente social no âmbito da educação básica: Seus desafios, atribuições e competências**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RIBEIRO, Paula de Oliveira Santos. **A inserção do serviço social na educação: Uma experiência no Município de Iguaba Grande** – RJ. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2018.

SARAVIA, Enrique. **Política Pública, política Cultural, indústrias criativas.** In: Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs). **Políticas públicas; coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-político no Serviço Social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, P. 1-19, 2009.

TONET, Ivo. **Qual Política Social Para Qual Emancipação? IN:** Revista Serviço Social, v. 17, n. 37 (2015).

YAZBEK, M. C. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro.** Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 183–194, 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p183. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215. Acesso em: 5 jan. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo.** Serviço Social & Sociedade, p. 7-12, 2019.